



Academia Militar
Direcção de Ensino
Curso de Infantaria
Trabalho de Investigação Aplicada

**Os apoios internacionais de Portugal durante a Guerra
Colonial**

Autor: Aspirante Aluno José Pedro Gonçalves Venâncio
Orientador: Professor Doutor António José Barreiros Telo

Amadora, 20 de Maio de 2008



Academia Militar
Direcção de Ensino
Curso de Infantaria
Trabalho de Investigação Aplicada

**Os apoios internacionais de Portugal durante a Guerra
Colonial**

Autor: Aspirante Aluno José Pedro Gonçalves Venâncio
Orientador: Professor Doutor António José Barreiros Telo

Amadora, 20 de Maio de 2008

Aos meus avós, pelo orgulho que tinham da minha opção de abraçar a carreira das armas

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Professor António José Telo, pelas palavras de incentivo e pelo contributo que foi tê-lo como orientador, pelo que todos os seus conselhos e sugestões foram, sem dúvida, fundamentais.

Ao Mestre João Tavares, do Arquivo Histórico-Militar, pela grande ajuda prestada durante a pesquisa e revisão do trabalho, para além de todo o interesse demonstrado por este tema, sendo um “apoio” essencial para a realização deste trabalho.

Aos Mestres Daniel Marcos e Ana Mónica Fonseca que, desde o primeiro momento, demonstraram grande interesse pelo meu trabalho, o que foi para mim uma grande fonte de motivação, já para não falar de todas as sugestões feitas ou pistas dadas.

Uma palavra ainda para o Coronel Carlos de Matos Gomes pelos interessantes pontos de reflexão que me colocou e para o Tenente-Coronel Almeida Luís pelo contributo na revisão do texto.

A toda a equipa do Arquivo Histórico-Diplomático pela disponibilidade demonstrada e por proporcionarem um ambiente de trabalho tão agradável quanto possível.

Como é da tradição, nenhum deles tem responsabilidade por qualquer erro, omissão ou incorrecção deste trabalho, eles são da exclusiva responsabilidade do autor.

Para finalizar e certamente não menos importantes, gostaria de agradecer aos meus pais e irmã por todo o apoio prestado, especialmente neste último ano, sem o qual certamente não estaria onde estou neste momento. A minha última palavra vai para a Sandra, por todo o carinho e amizade durante os bons e os maus momentos.

Resumo

Este trabalho tem como objectivo estudar a evolução dos apoios internacionais de Portugal durante o período da Guerra Colonial com um maior relevo para a cooperação com a África do Sul.

O período em análise inicia-se em 1956, marcado internacionalmente pela Crise do Suez, acontecimento no qual os EUA não hesitam em opor-se à política colonial inglesa, constituindo uma antevisão das dificuldades que Portugal iria ter para encontrar apoio à sua política para África nos seus principais aliados desde a II Guerra Mundial, os EUA e a própria Inglaterra. O período de estudo termina com a queda do Governo de Marcello Caetano em Abril de 1974, enquanto marco do fim da política colonial portuguesa. Pelo caminho, Portugal orientou a sua política externa pela busca de apoio à sua continuidade em África, operando uma primeira mudança nos seus apoios internacionais em finais da década de 50 e início da década seguinte. Era a aproximação à França e à RFA, países que surgem como alternativa ao afastamento norte-americano e inglês e que vão ser o principal apoio do regime de Salazar durante a década de 60, garantindo uma cooperação económica e militar vital para a continuidade da Guerra Colonial, marco da resistência portuguesa à descolonização.

Contudo, no final da década de 60 Portugal vai efectuar uma nova alteração nos seus apoios, consequência directa da sua decisão de apoiar a independência da Rodésia e também do arrefecimento da cooperação franco-germânica, passando a haver uma maior aproximação aos dois regimes brancos da África Austral, a Rodésia e, especialmente, a África do Sul. É este país que nos anos finais da Guerra Colonial se vai constituir como o principal aliado de Portugal, através de parcerias em grandes projectos de interesse recíproco em África como a barragem de Cabora Bassa, passando pela cooperação militar com o fornecimento de material de guerra e apoio operacional a Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: GUERRA COLONIAL, APOIOS INTERNACIONAIS, COOPERAÇÃO

Abstract

This monography has the goal to study the evolution in the international supporters of Portugal during the Colonial War with a greater relevance to the cooperation with the South Africa.

The analysis period begins in 1956, year marked internationally by the Suez Crisis, event in which the USA don't hesitate to stand against the english colonialist policy, a true preview of the resistances that Portugal would face to find support to his policy towards Africa in their main allies since the Second World War, the USA and the very own England. The study period ends with the fall of Marcello Caetano's regime in April of 1974, a mark of the end of the portuguese colonialist policy. In the meanwhile, Portugal guided his policy by the search of support to the permanence in Africa, operating one first change in his internacional supporters in the end of the fifties and beginning of the following decade.

It's the approach to France and Federal Republic of Germany, countries that become an alternative to the distant USA and England and the main support of the Salazar's regime during the sixties, guaranteeing economic and military cooperation vital to the maintenance of the Colonial War, a mark of the portuguese resistance to decolonization.

Although, in the end of the sixties Portugal makes a new change in his international allies, a direct consequence of the decision to support the Rhodesia's independence and also of the reduction of the franco-german cooperation with, which lead to a greater approach to the white regimes of Rhodesia and especially South Africa. This country will be the main partner of Portugal in the final years of the Colonial War, through partnerships in major projects of reciprocal interest in Africa like the Cabora Bassa dam, as well as military cooperation including the supply of military equipment and operational support to Portugal.

KEYWORDS: COLONIAL WAR, INTERNATIONAL SUPPORTERS, COOPERATION

Lista de Abreviaturas

AOS – Arquivo Oliveira Salazar
AHD – Arquivo Histórico-Diplomático
AHM – Arquivo Histórico-Militar
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército
Cf. – Confira
DGS – Direcção-Geral de Segurança
dir. - direcção
DUI – Declaração Unilateral de Independência
ed. - edição
EUA – Estados Unidos da América
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.
MAP – *Mutual Assistance Program*
MDN – Ministério da Defesa Nacional (Portugal)
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)
n.º - número
OAS – *Organisation de l'Armée Secrète*
OGMA - Oficinas Gerais de Material e Aeronáutica
(O)NU – (Organização das) Nações Unidas
op. cit. – Obra citada
OTAN/NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
p(p). – página(s)
PAPO – *Permanent ALCORA Planning Organization*
RAS – República da África do Sul
RDA – República Democrática Alemã
RFA – República Federal da Alemanha
s.d. – sem data
SDN – Sociedade das Nações
SWAPO – *South West Africa People's Organization*
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA – União das Populações de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I - Da crise do Suez à queda de Goa	
a) Portugal na cena internacional no final da década de 50.....	3
b) Os aliados tradicionais e a mudança da política de defesa.....	5
c) Os aliados tradicionais e o turbulento ano de 1961	7
d) A viragem para a França e RFA	12
Capítulo II - Os apoios internacionais de 1962 a 1968	
a) De Kennedy a Johnson, da crítica ao esquecimento	15
b) França e RFA: auge e inflexão no apoio a Portugal.....	18
c) Torcer a cauda do leão inglês: Portugal e a independência da Rodésia.....	21
Capítulo III - Portugal e o apoio da RAS	
a) A aproximação à RAS	26
b) Cooperação económica – De Cunene a Cabora Bassa.....	27
c) Fornecimento de material de guerra e operações conjuntas	30
d) Empréstimos para fins de defesa	33
e) Exercício ALCORA – A defesa do triângulo branco da África Austral	36
Conclusões	40
Anexos.....	43
Fontes e Bibliografia	67

Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada tem como tema “Os apoios internacionais de Portugal durante a Guerra Colonial” o que encerra, desde logo, algumas considerações. Em primeiro lugar, este trabalho parte do pressuposto aceite na actualidade de que o discurso oficial de “orgulhosamente sós” era um mito e que, na realidade, Portugal não esteve nunca totalmente isolado na cena internacional.

Este trabalho pretende, assim, efectuar uma abordagem global e integrada da evolução dos apoios internacionais procurando apontar as razões para as mudanças operadas e mantendo uma sequência cronológica sempre que possível. Não se trata, nem nunca o poderia ser, de uma descrição exaustiva dos acontecimentos que caracterizaram a posição de diversos Estados, mas sim de um conjunto de episódios específicos que patenteiam a evolução do sistema de alianças português. Por outro lado, e dado o que já se encontra actualmente escrito nesta área, este trabalho pretende ser um complemento desses estudos através da abordagem à colaboração sul-africana com o regime português neste período, relações que ainda não se encontram muito estudadas pela historiografia contemporânea.

É deste entendimento que decorrem os critérios de delimitação adoptados para este trabalho. O período em análise inicia-se em 1956, ano marcado ao nível internacional pela Crise do Suez, cujas repercussões se vão fazer sentir em Lisboa e que era uma antevisão das resistências que iria enfrentar para assegurar a manutenção do Portugal multirracial e pluricontinental, que vai ser a prioridade máxima da política externa desde os finais da década de 50 até à revolta militar de 25 de Abril de 1974, pelo que é este, assim, o outro marco temporal delimitador deste trabalho. Considera-se, portanto, ser este o período necessário para perceber quais as mudanças efectuadas por Portugal nos seus apoios de modo a assegurar a continuidade da sua política, da qual a Guerra Colonial era o aspecto mais visível e contestado internacionalmente, desembocando directamente no tema deste trabalho.

Por outro lado, ao nível dos actores internacionais, este trabalho vai-se restringir à análise ao nível dos Estados, nomeadamente a França, RFA, Inglaterra, EUA, pontualmente a Rodésia e, com maior destaque e realce, a RAS. Esta decisão prende-se não com uma eventual mensurabilidade ou hierarquização dos diversos Estados no apoio fornecido ao Governo português mas, tal como foi referido anteriormente, pelo facto de se encontrarem pouco estudadas, pelo que se julga que constitui constituir um valor acrescentado para este estudo.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos que se encontram relativamente bem delimitados temporalmente e também ao nível dos actores internacionais analisados. No primeiro capítulo abordamos o contexto internacional em que se inseria Portugal no final

da década de 50, quais as mudanças operadas na política portuguesa em relação às possessões coloniais em África e, conseqüentemente, a mudança de apoios que Portugal vai efectuar para prosseguir essa mesma política, mostrando assim as razões do afastamento relativamente aos seus antigos apoios, numa análise que termina com o ano de 1961.

No capítulo seguinte analisa-se o período entre 1962 e 1968, marcado maioritariamente pela continuidade do apoio da França e da RFA mas que vai começar também a perder importância nos últimos anos do período observado. Por outro lado, analisa-se também a inflexão da posição crítica dos EUA relativamente a Portugal e, ainda, analisam-se os contornos da decisão portuguesa de apoiar a DUI rodesiana cujas conseqüências imediatas são o agravamento das relações com a Inglaterra e a aproximação aos regimes brancos da África Austral, com destaque para a RAS.

É precisamente a RAS que vai dominar o terceiro e último capítulo, abordando-se em primeiro lugar o início da cooperação com este país que começa no plano económico e, após a DUI da Rodésia, como a cooperação vai-se alargando aos campos da segurança e defesa, constituindo assim a RAS o apoio mais importante de Portugal durante os anos finais da Guerra Colonial, colmatando o afastamento da França e RFA.

Para a realização deste trabalho, utilizaram-se de forma quase proporcional fontes primárias e pesquisa bibliográfica. No campo da bibliografia, este trabalho beneficia dos estudos que muito recentemente e num curto espaço de tempo foram trazidos à luz, nomeadamente dos Mestres Daniel Marcos e Ana Mónica Fonseca e ainda do Professor Pedro Aires de Oliveira, para além da vasta obra publicada pelo Professor António José Telo nesta área.

No campo da pesquisa documental procurou-se, fundamentalmente, obter informações sobre os contornos do apoio fornecido pela RAS a Portugal, tendo-se optado pelos acervos do AOS, localizado na Torre do Tombo em Lisboa, e do AHD do MNE, fundamentais para perceber as relações bilaterais ao nível governamental e, ainda, pelo AHM, absolutamente necessário para traduzir o apoio do nível governamental para um plano mais concreto, ou seja, perceber a dimensão da cooperação militar entre os governos da RAS e de Portugal.

Capítulo I – Da crise do Suez à queda de Goa

a) Portugal na cena internacional no final da década de 50

Em meados da década de 50, Portugal era um caso *sui generis* na cena internacional. Sendo um país de pequenas dimensões e de poucos recursos, havia conservado as suas possessões coloniais após a primeira vaga de descolonização no pós-II Guerra Mundial. Portugal era um membro fundador da NATO, essencialmente devido à importância geoestratégica dos Açores e da Base das Lages¹, o que permitiu que o regime ganhasse alguma legitimidade no plano internacional, sendo aliás a única ditadura a integrar a aliança. Este facto permitiu que Portugal desenvolvesse as suas relações não só no plano multilateral da NATO mas também no plano bilateral, especialmente com os EUA.²

Por isso, quando Portugal é admitido como membro da ONU, a 14 de Dezembro de 1955, fazendo parte do chamado *package deal*³ negociado entre os EUA e a URSS e que pôs fim a cinco anos de impasse na admissão de novos membros, poder-se-ia pensar que tal iria constituir um passo firme no sentido de uma maior legitimação, contudo, o efeito foi precisamente o contrário.⁴ Na realidade, a ONU foi o palco em que Portugal viu a sua política colonial fortemente contestada, essencialmente pelo bloco afro-asiático e não-alinhado saído da Conferência de Bandung, de Abril de 1955, e que vai ganhando cada vez mais peso na ONU durante o final da década de 50 e início dos anos 60, com a independência de um grande número de países da África Negra.⁵

Em Julho de 1956, Gamal Nasser, presidente do Egipto, uma antiga colónia inglesa, decide nacionalizar a Companhia do Canal do Suez, companhia em que há maioritariamente interesses ingleses e franceses, o que vai desencadear uma série de acontecimentos que culminam com o lançamento, a 4 de Novembro, de uma operação militar anglo-francesa em coordenação com o ataque de Israel com a finalidade de reassumir o controlo do Canal.⁶ Embora do ponto de vista militar a operação fosse um sucesso, do ponto de vista político viria a revelar-se um fracasso.⁷ Para além das ameaças da URSS, os próprios EUA mostraram-se um dos principais críticos da intervenção, tendo provocado uma forte desvalorização da libra e que levou Londres a “implorar” por auxílio financeiro de Washington, que foi concedido mediante a retirada das tropas do Canal do Suez.⁸ Os

¹ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, p. 14.

² Nuno Severiano Teixeira, *Portugal e as Guerras da Descolonização*, p. 68.

³ A.E. Duarte Silva, *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*, p. 5.

⁴ Nuno Severiano Teixeira, *op. cit.*, p. 68.

⁵ Maurice Vaisse, *As Relações Internacionais desde 1945*, pp. 58 e 59.

⁶ *Idem*, p. 60.

⁷ Fernando Martins, «É evidentemente muito embaraçoso tomar posição.» *Portugal e a Crise do Suez de 1956*, p. 111.

⁸ Pedro Aires Oliveira, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-75*, p. 196.

responsáveis portugueses viam que na intervenção do Suez estava em jogo, de certa forma, o futuro das suas possessões coloniais⁹ bem como o restaurar do prestígio da velha Europa,¹⁰ não conseguindo deixar de manifestar uma profunda apreensão não só devido à incapacidade da França e da Inglaterra mas também devido à política seguida por Washington.¹¹

A Crise do Suez marca, assim, a primeira grande clivagem entre países membros da NATO, representando uma perda de importância da Europa Ocidental para a estratégia dos norte-americanos, que não hesitam em condenar a política europeia em África. Para Portugal, a crise transmitiu a mensagem de que não iria certamente conseguir contar com o apoio do seu aliado quando surgisse uma crise nas suas colónias.¹² É neste contexto que Portugal vai ensaiar um distanciamento relativamente aos EUA, patente nas negociações de renovação do Acordo das Lages, em que perante o pedido de renovação, em finais de 1955, Portugal opta pelo adiamento da decisão por mais um ano, o que lhe permitiu, por mero acaso, manter as suas opções em aberto durante o desenrolar da crise. Contudo, ao aperceber-se de que a opção é nula, especialmente porque não havia quem constituísse alternativa aos EUA enquanto fonte de tecnologia militar, decide renovar o acordo por mais cinco anos, terminando, assim, em 1962.¹³

É também em finais de 1956 que Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em resposta à pergunta do Secretário-Geral da ONU sobre se Portugal administrava territórios não autónomos, envia uma carta afirmando que “Portugal não administra territórios que entrem no artigo 73º da Carta”.¹⁴ Estava dado o mote para aquela que iria ser a linha de defesa de Portugal na ONU durante os anos seguintes, que assentou acima de tudo no ponto de vista jurídico. Os responsáveis portugueses afirmavam que, segundo a Constituição aprovada em 1951, Portugal era uma República unitária e que “não há possessões portuguesas (...) mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo”¹⁵ e que já eram independentes “com a independência da Nação”.¹⁶ Contudo, este argumento não

⁹ A frase de Salazar proferida durante o IV Congresso da União Nacional, a 5 de Abril de 1956, é sintomática: “É o problema de África que em parte se joga ali.” Citado em Fernando Martins, *op. cit.*, p. 99.

¹⁰ António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, p. 465.

¹¹ A este respeito, Marcello Mathias, então Embaixador de Portugal em Paris, comenta: “Mas o espectáculo desolador é o que nos oferece a Inglaterra” ou ainda, relativamente aos EUA, “Não é de surpreender que caminhe um tanto às cegas.” Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 15 de Novembro de 1956. Maria José Pinto (ed.), *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947/1968*, p. 360.

¹² António José Telo, *Idem*.

¹³ António José Telo, *As Guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal*, pp. 356 e 357.

¹⁴ O Artigo 73º da Carta das NU encontra-se, na íntegra, no anexo A. A. E. Silva Duarte, *Idem*.

¹⁵ Salazar numa entrevista concedida a Serge Groussard, do jornal francês *Figaro*, em finais de Agosto de 1958. Citado em Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Volume V, p. 6.

¹⁶ *Idem*, pág. 171.

era totalmente convincente para muitos políticos das potências ocidentais¹⁷ e certamente que não era nada convincente para o bloco afro-asiático.

b) Os aliados tradicionais e a mudança da política de defesa

Decorrente da Crise do Suez, em finais da década de 50 Portugal vai encetar uma mudança na sua política de defesa, o que viria condicionar a política externa com consequências directas nas suas relações com os seus aliados. A entrada na NATO tinha feito com que Portugal desenvolvesse as suas Forças Armadas voltadas para a possibilidade de um conflito no teatro europeu, mantendo um reduzido número de efectivos militares nas colónias cuja função era, primordialmente, o reforço da metrópole em caso de guerra na Europa.¹⁸ Mas para Portugal a prioridade agora era África e é este ponto, o da manutenção das colónias, que vai determinar mais que qualquer outro a política externa portuguesa.¹⁹

A mudança é começada a ser desenhada a partir de 1956,²⁰ mas vai tornar-se mais evidente quando, no início de 1958, os decretos-lei nº 41 599 e nº 41 577 são aprovados, determinando um reforço substancial do efectivo militar português nas colónias, deixando este de ter como principal tarefa o reforço do Portugal metropolitano, bem como um novo dispositivo que aumentava a dispersão territorial das forças militares em Angola, Guiné e Moçambique. A remodelação governamental de Agosto de 1958, na ressaca das turbulentas eleições presidenciais desse ano, fez com que chegassem ao Governo militares como Botelho Moniz, Almeida Fernandes ou Costa Gomes, que tinham uma profunda consciência das mudanças que era necessário implementar para que Portugal se preparasse para fazer face a uma guerra subversiva.²¹ É esta “geração NATO”,²² nas palavras do historiador António José Telo, que vai estar por detrás das mudanças expressas num conjunto de textos aprovados pelo Conselho Superior de Defesa Nacional a 15 de Agosto de 1959, nos quais se consolidava a remodelação da orgânica de Angola, Moçambique e Guiné, afirmando-se que Portugal não deveria assumir novos compromissos com a NATO e que os que já haviam sido aceites deviam ser “honrados”²³ mas relegados para segundo plano.²⁴

Para fazer face à tipologia de conflito que se adivinhava em África era indispensável o reequipamento das Forças Armadas, pelo que Portugal tenta obter o equipamento militar necessário junto dos seus aliados tradicionais, especialmente os EUA, contudo, estes

¹⁷ Cf. Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 200 e 201.

¹⁸ António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, p. 465.

¹⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, p. 9.

²⁰ A Força Aérea faz aprovar, nos fins de 1956, os decretos-lei nº 40 949 e 40 950, com vista à criação das Regiões Aéreas de Angola e Moçambique, e a Marinha cria em meados de 1957 os comandos navais de Angola e Moçambique, através do decreto-lei nº 41 057.

²¹ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes: No centro da tempestade*, pp. 42-49.

²² António José Telo, *Política de Defesa: A viragem*, p. 29.

²³ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 49.

²⁴ António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, pp. 466 e 467.

recusavam ou atrasavam as encomendas.²⁵ Tudo isto era consequência directa de uma mudança da política destes países num caminho perfeitamente oposto ao pretendido pelos portugueses.

Face à aproximação da URSS aos países recém-independentes, as potências ocidentais, em especial os EUA e a Inglaterra, debatiam-se com o problema da sua relação com Portugal, embora por razões diferentes. A Inglaterra, na ressaca do Suez, optou por preparar o processo de descolonização dos seus territórios em África de modo a conseguir manter um importante capital de influência política, cultural e económica, pelo que temia que um eventual apoio à política seguida por Portugal desgastasse a sua imagem junto dos novos países independentes, muitos dos quais pertencentes à *Commonwealth*.²⁶ De facto, Harold Macmillan, nomeado Primeiro-Ministro em 1956, vai seguir esta orientação de apoio à descolonização, inicialmente de uma forma cautelosa e, mais declaradamente, a partir de 1959²⁷ tendo ficado célebre o seu discurso, em Fevereiro de 1960, no Parlamento da União Sul-Africana sobre os Ventos de Mudança que percorriam o continente africano, alertando para a necessidade de adaptação aos novos tempos.²⁸

Posteriormente à Inglaterra, os EUA vão também alterar a sua política para a África ainda no final da administração Eisenhower, expressa em dois documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Segurança. Em Maio de 1958, um relatório defende que os EUA deviam tomar uma posição de condenação ao colonialismo, contudo, este documento não foi aprovado pela instância acima referida por ser considerado prematuro.²⁹ O que foi recomendado então ao Governo norte-americano era contenção no apoio aos movimentos independentistas de modo a não ferir susceptibilidades nas potências europeias.³⁰ Em Janeiro de 1960 era aprovado um documento que sugere que Washington devia fazer ver aos responsáveis portugueses “os benefícios de longo prazo de seguirem políticas mais esclarecidas em África”,³¹ não apoiando a sua política colonial mas também não efectuando críticas abertas em público.³² O terceiro documento surge em Agosto de 1960 e afirma que “é imperativo que os EUA se identifiquem com as legítimas aspirações dos povos africanos”, devendo Washington apoiar publicamente o nacionalismo “na ONU e em toda a parte”, mesmo que tal signifique entrar em divergência com os seus aliados europeus.³³

A mudança das políticas da Inglaterra e dos EUA vai ter como cenário o facto de, em 1960, surgirem dezassete novos países independentes em África, fruto essencialmente da

²⁵ António José Telo, *Política de Defesa: A viragem*, p. 31.

²⁶ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 200-203.

²⁷ *Idem*, p. 210.

²⁸ Luís Castelo Branco, *A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid a Mandela*, p. 99.

²⁹ António José Telo, *As Guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal*, p. 357.

³⁰ António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, p. 468.

³¹ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, p. 30.

³² António José Telo, *Idem*.

³³ *Idem*.

descolonização belga e francesa e os quais aderiram de imediato à ONU com a exceção da Mauritânia, o que fez com que a relação de forças na Assembleia Geral se alterasse substancialmente, passando o bloco afro-asiático a constituir a maioria dos estados-membro.³⁴ É assim, num ambiente de forte crítica ao colonialismo, que a XV Assembleia Geral da ONU se vai desenrolar, onde é aprovada, a 14 de Dezembro, a Resolução 1514 (XV), conhecida como a Declaração Anticolonialista e na qual se afirma o direito de todos os povos à autodeterminação e na qual se determina que todos os países devem tomar de imediato medidas com vista a garantir a independência das suas colónias.³⁵ No dia seguinte é aprovada a Resolução 1541 (XV), conhecida como o Relatório dos Seis, na qual se define as formas dos territórios não autónomos passarem ao governo próprio e determinava a obrigatoriedade de transmissão de informações no âmbito do artigo 73º da Carta das NU,³⁶ e a Resolução 1542 (XV), na qual vinham expressos quais os territórios não autónomos possuídos por Portugal e se reiterava a obrigação de transmissão de informações.³⁷ Em todas estas os EUA e Inglaterra se abstiveram, situação que deixou os responsáveis portugueses apreensivos na medida em que pretendiam uma posição de apoio mais clara destes seus aliados.

A acrescentar a esta mudança da política inglesa e norte-americana são de realçar dois acontecimentos que ocorreram no último trimestre de 1960, nomeadamente a eleição no Brasil de Jânio Quadros, em Outubro de 1960, e de John Kennedy nos EUA, no mês seguinte, dois defensores da autodeterminação em dois países tradicionalmente aliados de Portugal, o que fez com que o regime de Salazar encarasse com maior pessimismo o futuro próximo.³⁸

c) Os aliados tradicionais e o turbulento ano de 1961

O ano de 1961 foi um dos anos mais conturbados do Estado Novo, marcado por uma série de acontecimentos que vão abalar profundamente o regime e que vão ter uma influência negativa no relacionamento de Portugal com a Inglaterra e os EUA.

O primeiro tem lugar no Mar das Caraíbas a 22 de Janeiro, com o desvio do paquete *Santa Maria* por Henrique Galvão e vinte e quatro homens portugueses e espanhóis pertencentes ao Directório Revolucionário Ibérico de Libertação. A intenção do grupo era a de conseguir estabelecer um Governo numa das colónias portuguesas de onde fosse

³⁴ A.E. Duarte Silva, *op. cit.*, pp. 6 e 7.

³⁵ Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU.

³⁶ Relatório produzido pela Comissão dos Seis, que era constituído por EUA, Inglaterra, Holanda, México, Marrocos e Índia. Resolução 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU.

³⁷ Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral da ONU.

³⁸ Sobre estes resultados eleitorais, Salazar comenta: “Alegam que o ambiente internacional nos é desfavorável. Pois é, isso é. Mas que culpa tem o Governo? Vendo bem, estão a acusar-me de ter perdido as eleições no Brasil e nos Estados Unidos”. Franco Nogueira, *Um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, p. 15.

possível lançar uma guerra contra o regime de Salazar.³⁹ As autoridades portuguesas pedem imediatamente auxílio aos EUA para interceptar o navio, o que é iniciado logo a 23 de Janeiro pelas marinhas norte-americana e inglesa, que encaram a situação como um acto de pirataria. Contudo, no dia seguinte, uma declaração de Henrique Galvão via rádio em que afirma a natureza “democrática e antitotalitária” da sua acção, associada à declaração de Humberto Delgado de que o grupo agia sob suas ordens directas, fez com que a situação se alterasse rapidamente.⁴⁰ Logo no dia 24 de Janeiro, os EUA concluem que não se pode classificar a acção de acto de pirataria, pelo que não haveria legitimidade para interceptar o *Santa Maria*, mudança que é feita em simultâneo pelo Governo inglês, dando ordens à sua Marinha para interromper a busca.⁴¹ A Inglaterra toma assim uma atitude de prudência, usando o argumento da ilegalidade que constituiria uma intervenção sua, deixando a Marinha norte-americana responsável pelo seguimento do *Santa Maria*.⁴² Os EUA, por seu lado, pretendiam garantir a libertação em segurança dos passageiros, onde se incluíam cidadãos norte-americanos e, ao mesmo tempo, não ser alvo de críticas internas pelo apoio a uma ditadura nem comprometer as suas relações bilaterais com Portugal.⁴³ É na tentativa de gerir este equilíbrio que nos dias seguintes a Marinha dos EUA vai acompanhar os movimentos do *Santa Maria*, negociando com Galvão a libertação dos passageiros, o que viria a concretizar-se a 2 de Fevereiro, no porto brasileiro de Recife, tendo Henrique Galvão pedido asilo político no Brasil.⁴⁴ Os responsáveis portugueses ficaram profundamente desapontados pela atitude seguida pelos EUA após a declaração de Henrique Galvão, considerando que a acção de Washington havia atribuído a este “categoria política”.⁴⁵ A Inglaterra era acusada de ter seguido uma interpretação excessiva da lei e de ir atrás de Washington na posição adoptada pelo que, num comunicado oficial a 4 de Fevereiro, Salazar agradece o auxílio prestado pelos EUA durante o episódio, não havendo nenhuma menção aos ingleses.⁴⁶

Passados poucos dias, a 15 de Março, dão-se os ataques da UPA no norte de Angola, que coincidiram propositadamente com uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, que decorria a pedido da Libéria e cujo tema principal era a situação em Angola, motivada pelos incidentes no início de Fevereiro em Luanda.⁴⁷ O embaixador dos EUA em Portugal, Charles Elbrick, já tinha avisado Oliveira Salazar de que a posição de Washington na ONU iria alterar, pelo que não deveria esperar apoio na questão de Angola, o que se veio a confirmar também a 15 de Março, com o voto favorável da delegação americana a uma

³⁹ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 35 e 36.

⁴⁰ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 221.

⁴¹ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 40.

⁴² Pedro Aires Oliveira, *Idem*.

⁴³ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 45.

⁴⁴ *Idem*, pp. 43 e 44.

⁴⁵ Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Volume V, p. 202.

⁴⁶ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 225.

⁴⁷ A.E. Duarte Silva, *op. cit.*, p. 12.

proposta de resolução do Conselho de Segurança na qual era pedida a autodeterminação de Angola, tendo a Inglaterra optado pela abstenção.⁴⁸ Embora a proposta não tivesse sido aprovada por não ter havido o quórum de votos afirmativos, estava dado o mote para o que iria ser a nova política de Washington e, a 20 de Abril, é aprovada na Assembleia Geral da ONU a Resolução 1603 (XV) que consistia numa reformulação do projecto não aprovado no Conselho de Segurança em 15 de Março, tendo os dois aliados de Portugal mantido o seu sentido de voto.⁴⁹ Tudo isto deixou os responsáveis portugueses, para além de irritados, desconfiados das intenções do Presidente Kennedy, afirmando que “há aqui um qualquer plano dos Estado Unidos, e que tem como objectivo pôr Portugal fora de África”.⁵⁰ Por outro lado, a posição da Inglaterra é mais moderada, não apoiando Washington na sua política de hostilizar publicamente Portugal, preferindo alertar o Governo de Salazar para a inevitabilidade de modificar a sua política para África.⁵¹

É neste mês ainda que se vai dar a tentativa de golpe de estado conhecida como a *Abrilada*, liderada pelo Ministro da Defesa Botelho Moniz com o apoio da generalidade das chefias militares e cujo objectivo principal era afastar Salazar, dada a sua incapacidade para negociar uma solução pacífica para a descolonização.⁵² Impulsionado pelo deteriorar da situação em Angola nos meses de Fevereiro e Março, o grupo tenta, em primeiro lugar, pressionar o Presidente da República Américo Tomás para que utilize os seus poderes constitucionais para demitir Salazar mas, não sendo a reacção num tom favorável às suas pretensões, Botelho Moniz começa a planear um golpe militar. Salazar tinha conhecimento das audiências e do seu teor pelo próprio Américo Tomás e no dia 13 de Abril, umas escassas horas antes de uma reunião de carácter decisivo para o golpe militar, decide antecipar-se e demitir Botelho Moniz e os seus apoiantes.⁵³

Os contactos entre a Embaixada dos EUA em Portugal e Botelho Moniz que se verificavam desde os finais de 1959, haviam-se intensificado no início de 1961, transmitindo o Ministro da Defesa a Elbrick a sua preocupação pela evolução da situação em Angola, ao passo que os EUA viam nele um homem com uma grande compreensão pelo problema africano e capaz de promover as reformas no sentido pretendido, embora não estivesse “preparado para ir tão longe ou tão rápido” quanto o desejado por Washington.⁵⁴ Sendo assim, embora não houvesse um apoio concreto dos EUA à tentativa de golpe de estado, a Embaixada tinha um amplo conhecimento das intenções de Botelho Moniz e tinha-se comprometido a fornecer auxílio político, económico e militar caso fosse iniciado o processo

⁴⁸ Witney Wright Schneidman, *Confronto em África: Washington e a queda do Império Colonial Português*, pp. 49 e 50.

⁴⁹ A.E. Duarte Silva, *op. cit.*, p. 13.

⁵⁰ Franco Nogueira, *Um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, p. 12.

⁵¹ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 229-238.

⁵² Nuno Severiano Teixeira, *op. cit.*, p. 70.

⁵³ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes: No centro da tempestade*, pp. 63-65.

⁵⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, pp. 56-63.

de descolonização.⁵⁵ Para Salazar, o golpe era o resultado de uma conspiração entre os EUA e Botelho Moniz e que este exprimia "um estado de espírito que reflecte os contactos assíduos (...) com o Embaixador dos Estados Unidos".⁵⁶

Outros contactos que também viriam a contribuir para o agravamento das relações luso-americanas e que chegam ao conhecimento do Governo de Salazar em meados de 1961 eram os estabelecidos com os dirigentes da UPA, especialmente com Holden Roberto, cuja actividade era financiada por intermédio da *Central Intelligence Agency*.⁵⁷ O Embaixador Elbrick é instruído então para esclarecer Franco Nogueira de que os EUA não estariam a prestar apoio a nenhum movimento independentista, contudo, o Ministro afirmou que estava certo de que os norte-americanos eram "responsáveis pela organização e liderança dos ataques a Portugal".⁵⁸

A 16 de Agosto e naquilo que Elbrick classificou de "último prego no caixão das relações entre os Estados Unidos e Portugal", este Embaixador informou o Governo português de que doravante os fornecimentos de equipamento militar restringir-se-iam exclusivamente ao âmbito NATO e desde que houvesse a certeza de que esse material não seria desviado para África, e avisou que caso tivesse sido ou viesse a ser enviado para as colónias material fornecido ao abrigo do MAP tal constituiria uma violação deste mesmo acordo e, como tal, deveria regressar de imediato à metrópole.⁵⁹ A resposta de Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, é peremptória, afirmando que o material que se encontra em Angola não regressará e que Portugal possuía fontes alternativas de tecnologia militar, pelo que na prática esta decisão não tinha consequências.⁶⁰

O ano de 1961 não iria terminar sem que outro acontecimento viesse a marcar as relações de Portugal com os EUA e a Inglaterra: a queda de Goa.⁶¹ A União Indiana, independente desde 1949, vai desde logo reclamar a soberania sobre os territórios que constituíam o Estado Português da Índia, bem como a abertura de negociações. Porém, estas são marcadas por acusações de parte a parte, com o Primeiro-Ministro indiano Jawaharlal Nehru a acusar Portugal de adoptar uma postura intransigente.⁶² Por outro lado, os políticos portugueses consideravam que a União Indiana apenas estava na disposição de negociar "o calendário de entrega de Goa".⁶³ Por isso, Portugal fecha à União Indiana qualquer alternativa política e diplomática deixando unicamente aberta a porta para uma

⁵⁵ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes: No centro da tempestade*, p. 61.

⁵⁶ Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964), Volume V*, p. 228.

⁵⁷ Witney Wright Schneidman, *op. cit.*, pp. 60 e 61.

⁵⁸ *Idem*, pp. 61 e 62.

⁵⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, pp. 121 e 122.

⁶⁰ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 319.

⁶¹ Recorde-se que não foi a primeira vez que a União Indiana havia ocupado territórios do Estado Português da Índia, nomeadamente os casos dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, em 1954.

⁶² Nuno Severiano Teixeira, *Idem*.

⁶³ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 29.

intervenção militar,⁶⁴ o que Portugal acreditava que, dado o carácter pacifista de Nehru, não aconteceria, e mesmo que acontecesse poderia sempre contar com o apoio dos EUA ou da Inglaterra, o que se veio a revelar aquilo que o historiador Nuno Severiano Teixeira classificou de “duplo erro de cálculo”.⁶⁵

A Inglaterra sempre evitara tomar posição no caso de Goa, essencialmente para não minar as suas relações com a União Indiana, um dos principais estados da *Commonwealth*.⁶⁶ Por outro lado, os EUA não queriam também pronunciar-se, não só porque não encaravam como provável o emprego da força por parte da União Indiana mas essencialmente porque não queriam ser vistos como aliados de Portugal na sua política colonialista. No entanto, à medida que se aproximava o final do ano havia cada vez mais indícios de que Nehru poderia estar disposto a efectuar uma intervenção militar para conquistar Goa.⁶⁷ A 10 de Dezembro, perante a iminência da invasão de Goa, o Governo português invoca a aliança luso-britânica, perguntando “que meios poderiam ser disponibilizados para, em conjunto com Portugal, fazer frustrar a iminente agressão sobre Goa”.⁶⁸ Os Ingleses afirmam que a situação não justifica isso mas, nos dias seguintes, vão efectuar diligências no sentido de demover Nehru de invadir Goa, contudo, sem formular qualquer tipo de ameaça.⁶⁹ Os EUA estabelecem contactos com o Primeiro-Ministro da União Indiana no mesmo sentido, chegando a advertir para as consequências negativas que uma invasão de Goa poderia ter no plano do relacionamento bilateral entre estes dois países.⁷⁰

Na noite de 17 para 18 de Dezembro é dado início à “Operação Vijay” e que culmina com a derrota das forças portuguesas em pouco mais de vinte e quatro horas. A questão é imediatamente levada à ONU a 18 de Dezembro e, apesar de os EUA defenderem a posição portuguesa no Conselho de Segurança relativamente à questão do Estado Português da Índia, na Assembleia Geral votam dois projectos de resolução de forma contrária aos interesses portugueses, embora no dia anterior Franco Nogueira tivesse alertado o embaixador Elbrick das consequências que tal posição teria.⁷¹ Por outro lado, a

⁶⁴ Nas palavras de Salazar: “Obrigam Nehru a fazer a única coisa que não pode – a guerra – é a única política que pode salvar Goa.” ou “ Mas não acredito também que cometa o erro de agredir Goa. E, por isso, não lhe deixar outra alternativa senão a guerra continua a ser a única política que pode salvar Goa.” Citado em Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 282 e 323, respectivamente.

⁶⁵ Nuno Severiano Teixeira, *Idem*.

⁶⁶ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 268.

⁶⁷ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 135-142.

⁶⁸ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 269.

⁶⁹ *Idem*, pp. 270 e 271.

⁷⁰ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 149.

⁷¹ Nas palavras de Franco Nogueira, uma atitude hostil a Portugal na ONU teria “as mais graves repercussões nas relações entre os dois países, que tais relações deixarão de ser, no plano bilateral, o que actualmente são, devendo considerar-se como terminada e finda a posição de que os Estados Unidos têm beneficiado em Portugal”. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 372.

posição inglesa levou Salazar a afirmar publicamente que se tornava necessário “estudar qual o conteúdo positivo que ainda resta (...) do acordo luso-britânico”.⁷²

d) A viragem para a França e RFA

As relações com as duas potências da Europa Continental desenvolvem-se nos finais dos anos 50, essencialmente quando Portugal procura reequipar as suas Forças Armadas de modo a fazer face a um conflito nas suas colónias e não o consegue junto da Inglaterra e especialmente dos EUA. Contudo, se o ponto em comum foi a cooperação militar, veremos que a origem deste apoio segue caminhos diferentes. Vejamos então a RFA.

Um dos factores que vai condicionar o desenvolvimento da política externa da RFA durante a década de 50 era o seu reconhecimento enquanto legítima representante do povo alemão, por oposição à RDA, que estava inserida na esfera de influência soviética. Como tal, a RFA desejava estreitar os laços económicos, comerciais e políticos com os novos países africanos, de modo a garantir que estes não reconheceriam a RDA. Contudo, esta política africana poderia colidir com um ponto ainda mais importante da política externa da RFA e que era a cooperação no âmbito NATO com vista a assegurar a defesa da RFA em caso de ataque da URSS, o que implicava não ferir susceptibilidades em potências coloniais como a França, Inglaterra, Bélgica ou Portugal. Mas como já vimos, a política inglesa muda drasticamente no pós-Suez, a própria França compromete-se a descolonizar em 1958 e a Bélgica concede a independência ao Congo em 1960.⁷³ Restava Portugal que, fruto da sua mudança de prioridades em finais dos anos 50, vai procurar também na RFA obter um apoio público à sua política em África. Contudo, a política adoptada pelas autoridades alemãs era a de neutralidade, evitando qualquer declaração pública que prejudicasse a sua posição quer junto de Lisboa quer junto dos países recém-independentes.⁷⁴

Porém, se em termos políticos a posição da RFA não era a desejada por Portugal, no campo económico e, por consequência, no campo militar vão-se estreitar laços no sentido pretendido pelos responsáveis portugueses. O ano de 1958 vai ser marcado por um episódio importante, que é a assinatura do acordo final entre Portugal e a RFA relativamente à questão dos bens alemães que tinham vindo para Portugal durante a II Guerra Mundial e cujas negociações se arrastavam desde o final desse mesmo conflito.⁷⁵ A solução desta questão era duplamente importante, não só porque era um passo dado pela RFA rumo ao reconhecimento internacional enquanto legítima representante do povo alemão e, por outro lado, significava o fim de qualquer tipo de entrave ao desenvolvimento das relações luso-

⁷² Citado em Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 281.

⁷³ Ana Mónica Fonseca, *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo*, p. 64 e 65.

⁷⁴ Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, pp. 65-67.

⁷⁵ António José Telo, *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, p. 221.

alemãs.⁷⁶ De facto, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA von Bretano, em Abril de 1958, foi importante, não só pela assinatura do acordo acima referido, mas também porque permitiu que fosse acordada a revisão do Acordo Comercial Luso-Alemão, de modo atenuar o défice português da balança comercial luso-alemã, o que se veio a consumir cerca de um ano depois, em Maio de 1959.⁷⁷ Um dos aspectos a desenvolver era desde logo a cooperação militar, datando de Março de 1959 a primeira encomenda da RFA, nomeadamente de 120 milhões de munições 7,62 mm e 450 mil granadas para obus 10,5 cm, reforçado pela encomenda de 4,5 milhões de granadas defensivas em Dezembro desse ano, o que garantiria às indústrias de defesa “a laboração por vários anos”.⁷⁸ O ano seguinte inicia-se da melhor forma, com a visita do Ministro da Defesa da RFA, Frank Josef Strauss, durante a qual foi assinada a Convenção Administrativa, documento onde são definidas as bases da cooperação militar para os anos seguintes e de onde sobressai a intenção alemã de criar em Portugal uma larga base de apoio da retaguarda em caso de guerra na Europa, tendo-se comprometido a auxiliar na modernização das Forças Armadas portuguesas. Decorrente destas negociações, Portugal aceita ceder à RFA a Base Aérea de Beja para treino de pilotos e para apoio logístico, tendo como principal contrapartida o fornecimento de aviões, bem como facilidades na aquisição de material de guerra, o que era essencial para Portugal dada a necessidade de reequipar as Forças Armadas.⁷⁹ Outro apoio concedido pela RFA foi a concessão de empréstimos que, pese embora não esteja directamente relacionado com o apoio militar, permitia aliviar as finanças portuguesas numa altura em que a despesa com a defesa começava a aumentar. Estamos assim a falar em concreto de dois empréstimos de 150 milhões de marcos cujas negociações foram concluídas no final de 1961 e que vão ser oficializados no ano seguinte, destinados a financiar diversos projectos na metrópole, destacando-se o Plano de Rega do Alentejo.⁸⁰

A aproximação à França já tem por detrás uma maior proximidade política e que vai desembocar com naturalidade no auxílio militar. Com o início da Guerra da Argélia, Portugal posiciona-se ao lado da França no palco cada vez mais anticolonialista da ONU na defesa do direito à permanência europeia em África, o “que faz com que Paris encare com simpatia um estado que apoia e incentiva a sua política de resistir em África”.⁸¹

Com a eleição de Charles de Gaulle em 1958, a prioridade da sua política externa era devolver à França a grandeza de outros tempos. Em primeiro lugar, implicava uma maior autonomia relativamente aos EUA, especialmente do ponto de vista militar e por isso, à semelhança do que sucede com Portugal neste período, vai afastar-se de Washington. Por isso, para de Gaulle, trazer Portugal para o seu lado da barricada era um princípio para uma

⁷⁶ Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, p. 33 e 34.

⁷⁷ *Idem*, p. 38.

⁷⁸ João Moreira Tavares, *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra (1961-1974)*, p. 44.

⁷⁹ Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, pp. 44-53.

⁸⁰ *Idem*, pp. 191-193.

⁸¹ António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, p. 472.

maior independência relativamente aos norte-americanos. Por outro lado, de Gaulle compreende que a “França não podia continuar a enredar-se em problemas como o da Indochina ou o da Argélia”.⁸² A via imaginada então era a realização de um referendo sobre a independência em todas as suas colónias, comprometendo-se de Gaulle a conceder a independência a todos aqueles que assim o entendessem, sempre tendo em vista a criação da Comunidade Francesa ligada entre si por laços económicos, comerciais e culturais, uma solução, na sua intenção, semelhante à *Commonwealth* inglesa e que correspondia à “troca voluntária do controlo pela influência”,⁸³ algo que os responsáveis portugueses não compreendiam e que os deixava, por conseguinte, apreensivos. Contudo, a França desde logo tranquilizou Portugal, continuando a defender a posição portuguesa na ONU e, ao nível militar, comprometendo-se a contribuir para a renovação das Forças Armadas sem qualquer tipo de reserva, o que era considerado essencial para a defesa das colónias por Portugal.⁸⁴

Em 1958 já haviam sido adquiridos um primeiro lote de helicópteros *Allouette II* e de auto-metralhadoras *ETT* e *EBR Panhard*, porém, estes equipamentos não eram totalmente apropriados para o teatro de operações africano.⁸⁵ O impulso neste campo é dado com a visita de Botelho Moniz a Paris em Julho de 1960 e que vai ser aproveitada, entre outras coisas, para observar *in loco* as potencialidades do material de guerra francês, especialmente aquele destinado à Força Aérea portuguesa. Em finais desse ano começam a serem feitas as primeiras encomendas destinadas a este ramo das Forças Armadas, nomeadamente os primeiros lotes de aviões *Nord-Atlas*, *T-6 Harvard* e *Broussard*, que começam a ser recebidos logo em finais de 1960.⁸⁶

São estas aquisições de equipamento francês e alemão que permitem atenuar algumas das principais lacunas das Forças Armadas aquando do início da guerra em Angola, contudo, não correspondia ainda ao desejado e planeado pelos responsáveis portugueses na viragem para a década de 60.

⁸² Daniel Costa Marcos, *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, pp. 60 e 61.

⁸³ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 211.

⁸⁴ Daniel Costa Marcos, *op. cit.*, pp. 66-67 e 104-107.

⁸⁵ António José Telo, *op. cit.*, p. 468.

⁸⁶ Daniel Costa Marcos, *op. cit.*, p. 110-115.

Capítulo II – Os apoio internacionais de 1962 a 1968

a) De Kennedy a Johnson, da crítica ao esquecimento

As relações luso-americanas à entrada do ano de 1962 estavam muito degradadas por todos os factos mencionados no capítulo anterior, o que deixava Washington preocupada uma vez que tinha a clara noção de que iriam ser muito difíceis as negociações relativas ao acordo da Base das Lages, cujo prazo expirava a 31 de Dezembro de 1962. Por isso, durante os dois anos seguintes da administração Kennedy vai verificar-se um recuo desta para uma posição mais moderada, motivado, acima de tudo, pela questão dos Açores.⁸⁷ Este recuo vai ser motivo de uma divisão no seio da administração entre os “europeístas”, liderados por Dean Acheson⁸⁸ e “africanistas”, liderados por Mennen Williams, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos. A Base das Lages foi considerada pelo Departamento de Defesa dos EUA como “a mais valiosa instalação que os Estados Unidos são autorizados a utilizar por uma potência estrangeira” e à qual não havia nenhuma alternativa viável, contudo, os “africanistas” consideravam que por causa de “uns poucos quilómetros de asfalto” os EUA não deveriam ceder na sua política de reconhecer o direito à autonomia de todos os povos.⁸⁹

A primeira abordagem à renovação do acordo foi feita por intermédio de Elbrick a 18 de Junho de 1962, não lhe sendo dada nenhuma resposta formal por parte de Salazar.⁹⁰ No final desse mesmo mês, Dean Rusk vem a Lisboa após um périplo por algumas capitais europeias, e embora não havendo nenhuma menção à Base das Lages, as conversações decorrem num tom mais amistoso do que verificado anteriormente.⁹¹ O Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, entendia que “os Americanos têm de pagar tudo quanto nos custa a guerra em África” e entrega, em Agosto de 1962, uma lista dos principais pontos de discordância nas relações luso-americanas, tal como havia sido acordado com Dean Rusk.⁹² Portugal pretendia, acima de tudo, apoio ao nível político, o que incluía a mudança da postura na ONU bem como o cancelamento de todas actividades promovidas por instituições norte-americanas e que eram contrárias aos interesses portugueses. Só depois de resolvidas estas questões é que os responsáveis portugueses consideravam que havia condições para negociar o acordo das Lages.⁹³

Sendo assim, os EUA vão gradualmente começando a actuar de acordo com o pretendido por Portugal. Em Março de 1962, Dean Rusk envia uma directiva a todos os

⁸⁷ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 161-163.

⁸⁸ O ex-Secretário de Estado de Dwight Eisenhower, embora não fizesse parte da Administração Kennedy, era uma peça importante na definição da política externa dos EUA. *Idem*, p. 173.

⁸⁹ *Idem*, pp. 144 e 145.

⁹⁰ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 413.

⁹¹ *Idem*, pp. 415 e 416.

⁹² *Idem*, p. 413.

⁹³ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 213 e 214.

membros da administração no sentido de evitarem proferir declarações que pudessem melindrar os responsáveis portugueses.⁹⁴ Na ONU e também a partir deste mês, os EUA passam a votar contra ou a abster-se nas resoluções que criticam a política colonialista portuguesa, o que motivou os protestos de Holden Roberto junto da delegação norte-americana,⁹⁵ contudo, também o líder da UPA vai ser um dos principais alvos da mudança, havendo uma redução nos contactos até estes praticamente desaparecerem e passando a haver cada vez maiores restrições à sua mobilidade em solo americano.⁹⁶ Também no campo militar a posição dos EUA passa a ser mais flexível, aumentando as exportações de material de guerra para Portugal, algum do qual com prévio conhecimento de que iria para África e, embora tivessem conhecimento da utilização de aviões *F-86 Sabre* em Angola fornecidos ao abrigo do MAP, não vão pressionar o Governo de Salazar de sobremaneira para que os aparelhos regressem.⁹⁷

A abordagem ao tema da descolonização com os responsáveis portugueses passa a ser feita através da apresentação de planos que visavam o reconhecimento da independência das colónias da África portuguesa. O primeiro foi aprovado pelo Conselho Nacional de Segurança em Março de 1962, conhecido como plano Sakwa, e que partia do pressuposto de que Portugal estaria condenado a uma longa guerra de guerrilha, com elevados custos e da qual não iria sair vitorioso. Por isso, propõe a criação de um governo autónomo num prazo de oito anos, durante o qual seria realizado um referendo nas colónias que decidiria qual a relação a manter com a Portugal. Em troca, os EUA comprometiam-se a financiar a economia portuguesa avançando inicialmente com um valor de 70 milhões de dólares. Em Agosto de 1963, aquando da visita de George Ball a Lisboa, é apresentado o plano Bowles, uma reestruturação do anterior, com a proposta de ajuda financeira de 100 milhões de dólares por ano, durante cinco anos. Em ambos os casos a proposta é liminarmente recusada, sendo a resposta de Salazar a Ball conclusiva: “Portugal não está à venda”.⁹⁸

Poucos dias antes da morte de John Kennedy, Franco Nogueira encontra-se com este em Washington, a 7 de Novembro de 1963, exigindo-lhe uma alteração mais clara da política iniciada em 1961 e Kennedy, apesar de reconhecer ter-se precipitado nas opções tomadas nesse ano, pede a Portugal mais tempo para inflectir a sua posição.⁹⁹ De facto, tal como evidenciou o historiador Luís Nuno Rodrigues, a administração Kennedy já havia mudado a sua política consideravelmente. Apesar disto, a solução adoptada pelos

⁹⁴ *Idem*, p. 243.

⁹⁵ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 448.

⁹⁶ António Costa Pinto, *op. cit.*, p. 19.

⁹⁷ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 262.

⁹⁸ Witney Wright Schneidman, *op. cit.*, pp. 86 e 87.

⁹⁹ Nas palavras de John F. Kennedy: “Mas não me peça que, depois de haver subido ao cimo da montanha, eu desça ao fundo do vale num curto espaço de tempo. Preciso de pelo menos dois anos”. Citado em Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 504.

responsáveis portugueses é a de não renovação do acordo, ficando os norte-americanos autorizados a utilizar a Base das Lages de forma temporária, o que constituía um “trunfo” para garantir que os EUA não voltariam a proceder como tinham feito em 1961.¹⁰⁰ Sendo assim, ao longo de 1963 os Açores deixam de ser tema nas relações luso-americanas e as negociações não são efectivamente concluídas, pelo que vai ser preciso esperar até 1971 para que se chegue novamente a acordo.

A chegada de Lyndon Johnson à Casa Branca em finais de Novembro de 1963 vai significar uma continuidade na diminuição das pressões sobre Lisboa para que alterasse a sua política colonial.¹⁰¹ Porém, é esta administração que vai fazer uma última tentativa para convencer Portugal a negociar a autodeterminação nas suas colónias pela mão do Embaixador em Lisboa, George Anderson. O plano Anderson, em tudo semelhante aos anteriores, propunha a realização de um referendo e a concessão da independência num prazo de dez anos e, como contrapartidas, os EUA comprometiam-se a assegurar o fim da actividade dos movimentos de independência mediante pressão nos países limítrofes às colónias portuguesas que eram bases dos movimentos de independência. Caso tal não se verificasse, os EUA comprometiam-se a defender qualquer queixa apresentada por Portugal na ONU e a vender armamento para uso nas colónias portuguesas em África.¹⁰² Como era óbvio, Salazar rejeitou uma vez mais este plano, o que não surpreendeu ninguém em Washington, nem mesmo o próprio George Anderson, que parecia não acreditar na sua iniciativa. Aquando da sua despedida do cargo de Embaixador em Lisboa, Anderson recomenda a Rusk que, não sendo de prever qualquer alteração política portuguesa, os EUA deixassem o “assunto a “cozer” em lume brando”,¹⁰³ o que de facto se veio a verificar mas por outras razões.

A administração Johnson, especialmente nos seus anos finais, vai ser marcada por uma elevada preocupação com a situação no Vietname, o que faz com que África e, por conseguinte, a questão colonial portuguesa fossem remetidas para segundo plano. De facto, os “africanistas” vão perder muita da influência que haviam conquistado durante os anos de Kennedy e que vai levar muitos a abandonar a Casa Branca. De tal modo assim foi que Tapley Bennet, nomeado embaixador dos EUA em Portugal desde meados de 1966, afirmou não se lembrar de alguma vez ter falado com Johnson acerca das colónias portuguesas.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 216-219.

¹⁰¹ Dean Rusk, a propósito da diminuição das pressões sobre Portugal, afirma que “deixámos de bater com a cabeça contra a parede só pelo gozo”. Citado em Witney Wright Schneidman, *op. cit.*, p. 111.

¹⁰² Cf. Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 105-107 ou Witney Wright Schneidman, *op. cit.*, pp. 115 e 116.

¹⁰³ Witney Wright Schneidman, *op. cit.*, p. 117.

¹⁰⁴ António Costa Pinto, *op. cit.*, p. 25.

b) França e RFA: auge e inflexão no apoio a Portugal

O período compreendido entre 1962-1963, no campo das relações bilaterais com a França vai ser marcado por aquilo que o historiador Daniel Marcos classificou de “ajustamento nas relações luso-francesas”, motivado não só pelo fim da guerra na Argélia mas também pelo papel que de Gaulle desejava que a França desempenhasse em África.¹⁰⁵ Por isso, o apoio francês deixa de ser “ideológico mas sim realista”, ou seja, apesar de todas as questões que representavam pontos de choque nas relações luso-francesas, como as constantes queixas apresentadas pelo Senegal na ONU contra Portugal, a elevada actividade de opositoristas do Estado Novo em França ou ainda a presença em Lisboa de activistas da OAS, organização que estava contra a política seguida pelo General de Gaulle para África, havia uma grande abertura ao entendimento por ambas as partes.¹⁰⁶ Em Paris, o Embaixador Marcello Mathias destacava a importância singular do próprio de Gaulle nas relações luso-francesas: “Se no poder não estivesse um homem com o temperamento difícil e pessoal de De Gaulle, há muito que a França já nos teria abandonado”.¹⁰⁷

Do ponto de vista militar também vai haver um pequeno ajuste na posição do Governo francês, resultante de divergências internas entre os ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, com este último a ter mais em consideração o impacto político do fornecimento de material de guerra para Portugal, o que teve como consequência alguns atrasos nos fornecimentos a Portugal. Apesar disso, as encomendas efectuadas por Portugal são satisfeitas quase na sua totalidade, sendo de destacar a aquisição dos primeiros lotes de helicópteros *Allouette III*, dos camiões *Berliet* ou ainda das auto-metralhadoras *AML Panhard*.¹⁰⁸

No ano de 1964 as relações luso-francesas vão ser marcadas pelas negociações visando a concessão de facilidades para a instalação na ilha das Flores de uma base científica com o objectivo de realizar estudos da trajectória de mísseis balísticos. Esta vontade francesa foi encarada por Portugal como uma boa oportunidade não só para mostrar e retribuir a amizade do Governo francês mas também para estreitar laços e retirar contrapartidas, nomeadamente na renovação da Marinha, algo que vinha sendo adiada desde finais da década de 50. Efectivamente, as negociações para aquisição de navios franceses vão estar inevitavelmente ligadas à questão da base na ilha das Flores, embora de uma forma subtil.¹⁰⁹ Em Fevereiro de 1964 é firmado o acordo entre Portugal e França que previa a construção de quatro fragatas e quatro submarinos nos estaleiros franceses, em condições consideradas muito favoráveis por Marcello Mathias, que desempenhou um

¹⁰⁵ Daniel Costa Marcos, *op. cit.*, p. 119.

¹⁰⁶ *Idem*, pp. 123-135.

¹⁰⁷ Carta de Marcello Mathias para Oliveira Salazar, 25 de Dezembro de 1963. Maria José Pinto (ed.), *op. cit.*, p. 485.

¹⁰⁸ Daniel Costa Marcos, *op. cit.*, pp. 153-157.

¹⁰⁹ *Idem*, pp. 161-166.

papel fulcral nas negociações.¹¹⁰ Dois meses depois, Portugal e a França vão assinar o Acordo relativo ao Uso de Facilidades nos Açores, projecto de elevada importância político-militar para o governo de Paris e que vai ser aproveitado por Portugal para retirar vantagens na aquisição de material de guerra durante os anos seguintes.¹¹¹

As relações com a França vão perder intensidade à medida que se aproxima o fim dos anos 60, especialmente após a demissão do General de Gaulle em Abril de 1969 e a sua substituição por Georges Pompidou, e embora não haja uma mudança de política radical a cooperação bilateral não volta a atingir o mesmo fulgor dos anos anteriores.¹¹²

No que toca à RFA, os anos de 1962 a 1966 são caracterizados por uma cooperação que se desenvolve com base no que havia sido acordado em 1959 e em 1960, com particular destaque para o acordo da concessão de facilidades na Base de Beja e as vantajosas contrapartidas que Portugal retirou desse acordo. Durante estes anos a posição da RFA relativamente a Portugal não se altera significativamente, nem mesmo com a chegada de Ludwig Erhard ao cargo de Chanceler em 1963, apesar de existirem divergências dentro do governo sobre as relações luso-alemãs.¹¹³ O entendimento era de que não se devia pressionar Portugal na questão colonial, não só porque era um membro da NATO, organização que a RFA considerava essencial para a defesa do Ocidente, mas também porque reconhecia a grande importância das concessões feitas por Portugal para a defesa da RFA, nomeadamente com os acordos relativos à Base de Beja.¹¹⁴ É precisamente durante estes anos que o plano da rede de apoio logístico vai ganhando dimensão, sendo de destacar os acordos assinados em Novembro de 1963, visando a criação de uma rede de hospitais com mais de 9 mil camas para receber feridos alemães em caso de guerra, e o acordo para a instalação de um grande depósito de material alemão em Castelões, em Junho de 1964.¹¹⁵

Este período é também marcado por um elevado fluxo de material de guerra para Portugal. O armamento ligeiro utilizado em África é, na sua quase totalidade, de origem alemã e chega a Portugal a partir de 1962, ano em que se inicia a produção em Portugal, sob licença, da espingarda automática alemã G-3, com a própria RFA a ser um dos principais destinos de exportação.¹¹⁶ Também em Janeiro de 1962 é assinado o contrato para a manutenção e reparação dos aviões alemães nas OGMA e que vai permitir a sua

¹¹⁰ Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 27 de Fevereiro de 1964. Maria José Pinto (ed.), *op. cit.*, p. 491.

¹¹¹ Daniel Costa Marcos, *op. cit.*, pp. 200-205.

¹¹² *Idem*, p. 234.

¹¹³ Nas palavras do embaixador português em Bona, Manuel Homem de Mello, “o Ministério da Defesa fará tudo o que for possível para nos ser agradável, o MNE o mínimo”. Citado em Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, pp. 151 e 152.

¹¹⁴ Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, pp. 126 e 127.

¹¹⁵ António José Telo, *A Europa e a Questão Alemã: uma visão de Longo prazo*, pp. 136 e 137.

¹¹⁶ Estamos a falar, para além da espingarda automática G-3, da pistola *Walther P38*, da metralhadora ligeira *MG-42* ou da metralhadora ligeira *HK-21*. António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, p. 471.

total renovação, para além de sucessivos contratos de fornecimento dos aviões *Dornier DO-27* e *T-6 Harvard*, em condições muito vantajosas para Portugal.¹¹⁷ O único acordo que não se concretizou imediatamente foi o da compra de sessenta e cinco aviões *F-86 Sabre* usados, no início de 1965. A RFA havia-se comprometido¹¹⁸ a vender estes aviões, contudo, para concretizar o negócio tinha que haver o aval do governo do Canadá, que havia vendido os aviões à RFA, o que não foi concedido. O impasse criado é desbloqueado graças à decisão do governo de Bona de ceder quarenta aviões *Fiat G-91* “inteiramente novos, e (...) por preço inferior ao ajustado” para os *F-86*, uma solução que era encarada pelo Governo português como bastante vantajosa.¹¹⁹

A inflexão da posição da RFA ocorre a partir de Dezembro de 1966, com a chegada ao poder da coligação governamental que ficou conhecida como a Grande Coligação e que vai dar início à *Ostpolitik*, a política que defende uma maior abertura ao bloco de Leste e que tinha como principal impulsionador Willy Brandt, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e, tal como afirmou o historiador António José Telo, “a política do Estado Português para África, é uma das primeiras vítimas da viragem alemã”.¹²⁰ Para além disto existem mais dois pontos a ter em conta. Em primeiro lugar, vai ocorrer nesta altura uma mudança do conceito de defesa da NATO, o que vai fazer com que as redes de apoio de retaguarda percam a importância que possuíam anteriormente. Por outro lado, a RFA enfrentava uma grave crise orçamental após vários anos de um elevado crescimento económico, o que levou a cortes drásticos na despesa com a Defesa.

Sendo assim, o projecto da Base de Beja vai perder muita da sua importância e dimensão, o que se vai traduzir no cancelamento de projectos como o de Castelões ou da rede hospitalar, para além de diminuição das encomendas de material de guerra feitas às indústrias de defesa portuguesas. Portugal perdia assim capacidade de argumentação para negociar com a RFA o fornecimento de armamento, que se vai tornando cada vez mais difícil, não obstante a manutenção do bom nível das relações económicas e comerciais.

Apesar de haver uma diminuição da intensidade da cooperação com a França e a RFA nos finais da década de 60 e 70, esta nunca vai deixar de ser relevante, muito menos deixar de existir. Um bom exemplo é a adjudicação da construção do empreendimento em Cabora Bassa ao consórcio ZAMCO, com uma participação maioritariamente franco-germânica, em 1968. Tratava-se de uma escolha efectuada pelo regime de Salazar em que o factor político foi preponderante, sendo este o consórcio que oferecia, para além das capacidades técnicas, a maior garantia de apoio político dos respectivos governos para que

¹¹⁷ Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, pp. 165-168.

¹¹⁸ Embora Franco Nogueira faça referência a um contrato celebrado com a RFA relativamente a este assunto, o facto é que até agora ainda não foi encontrada qualquer prova de tal documento. A este respeito ver Franco Nogueira, *Salazar: O último combate (1974-1970)*, Volume VI, p. 23 e Ana Mónica Fonseca, *op. cit.*, p. 172.

¹¹⁹ Franco Nogueira, *Idem*.

¹²⁰ António José Telo, *A Europa e a Questão Alemã: uma visão de longo prazo*, p. 141.

pudessem levar a cabo uma obra desta envergadura e cuja construção era alvo de contestação internacional.

c) Torcer a cauda do leão inglês: Portugal e a independência da Rodésia

A Federação das Rodésias e Niassalândia era, à entrada da década de 60, uma das poucas colónias da Inglaterra em África, sendo constituída pela Niassalândia, Rodésia do Norte e Rodésia do Sul. Em 1960, o Governo de Londres decide que o futuro da Federação deve passar pela secessão dos dois primeiros territórios, que possuíam governos da maioria negra, ao passo que à Rodésia do Sul era vedada tal hipótese enquanto não reconhecesse a igualdade de direitos entre brancos e negros. A dissolução da Federação vai tornar-se cada vez mais inevitável ao longo dos anos seguintes e consuma-se a 31 de Dezembro de 1963, sendo posteriormente concedida a independência à Rodésia do Norte, que troca de designação para Zâmbia, e à Niassalândia, que toma o nome de Malawi.¹²¹ A Rodésia do Sul passa a designar-se simplesmente de Rodésia, e embora não lhe tivesse sido concedida a independência vai ficar com o controle das forças militares que pertenciam à Federação.¹²² Portugal assiste com preocupação ao desenrolar de todos estes acontecimentos, confessando Salazar que “se desfeita a Rodésia do Sul, a política britânica na zona passará a ser tenebrosa. Vamos ter as maiores dificuldades”.¹²³

A hipótese de uma DUI vai ganhando cada vez mais força, especialmente após a eleição em Abril de 1964 de Ian Smith para o cargo de Primeiro-Ministro da Rodésia. Para Portugal, a atitude mais prudente seria a de uma neutralidade colaborante, e que é garantida a Ian Smith aquando da sua visita a Lisboa em Setembro de 1964.¹²⁴ Efectivamente, a cooperação com a Rodésia era já uma realidade desde o início do conflito nas colónias portuguesas, processando-se a diversos níveis, nomeadamente com o intercâmbio entre diversas autoridades militares e civis, coordenação ao nível da *intelligence*, assistência a aviões portugueses em bases rodesianas e, acima de tudo, através da garantia dada pelo Governo da Federação de “impermeabilidade” da fronteira luso-rodesiana a infiltrações para o território de Angola.¹²⁵

Do ponto de vista comercial, a colaboração com Portugal era inevitável, visto que Moçambique era a porta de entrada e saída para noventa por cento do seu comércio externo, destacando-se a importação de petróleo que era feita através do novo oleoduto Beira-Umtali. Após a visita de Smith vai verificar-se uma intensificação dos contactos ao

¹²¹ Richard Patee, *Portugal na África Contemporânea – Volume III – A Rodésia*, pp. 578 e 579.

¹²² Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964), Volume V*, p. 525.

¹²³ Franco Nogueira, *Um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, p. 60.

¹²⁴ *Idem*, pp. 95 e 97.

¹²⁵ AHD do MNE – PAA 960,17 Maço 1097. Relatório das conversações realizadas em Salisbúria entre os dias 17 e 20 de Dezembro de 1962, 22 de Dezembro de 1962.

nível comercial, com particular destaque para o envio, em Fevereiro de 1965, de uma vasta delegação chefiada pelo diplomata José Calvet de Magalhães e que vai culminar com a assinatura de um novo acordo comercial luso-rodésiano.¹²⁶

Para os responsáveis portugueses, o choque com a Inglaterra devido à questão rodésiana era tido como uma inevitabilidade histórica, uma continuação das disputas em África no final do século XIX e que culminaram no *Ultimatum* Inglês,¹²⁷ o que vai efectivamente começar a desenhar-se no Verão de 1965. No início de Agosto desse ano, o governo da Rodésia anuncia que a Inglaterra não tem a exclusividade da condução da política externa de Salisbúria e, como tal, este Governo manifesta a intenção de nomear representantes diplomáticos para onde houvesse interesse, sendo Portugal o destino no topo da lista.¹²⁸ A Inglaterra avisou imediatamente Salazar da gravidade que o reconhecimento de um representante diplomático constituiria, apelando para que não o faça.¹²⁹ Portugal oficialmente afirmava nada ter a ver com o assunto, contudo, em Salisbúria, o Cônsul português João de Freitas Cruz assegurava a Ian Smith que o representante diplomático, Harry Reedman, embora não pudesse ser reconhecido *de jure* pelo Governo português, na prática iria gozar de um estatuto igual aos restantes membros das missões diplomáticas em Portugal. Ian Smith reconhecia que a nomeação de Reedman poderia ser o primeiro passo de um processo cuja conclusão lógica era a DUI, para a qual dizia estar preparado, afirmando metaforicamente estar pronto para “torcer a cauda do leão inglês”, mas deixando bem claro a Freitas Cruz que não avançaria para a independência sem o apoio do Governo português.¹³⁰

Harry Reedman chega a 15 de Setembro a Lisboa, entregando a sua carta de acreditação a Franco Nogueira cinco dias depois, não havendo nenhuma declaração oficial em Lisboa de reconhecimento do diplomata. O Governo de Londres pede esclarecimentos ao seu congénere português, que opta pela posição ambígua prometida a Salisbúria. Por um lado, Portugal admite que a Rodésia não era um território soberano e, como tal, a responsabilidade última pela condução das relações externas competia ao Governo de Sua Majestade.¹³¹ Na realidade, Reedman era de facto o interlocutor entre Lisboa e Salisbúria, desenvolvendo a sua actividade na capital portuguesa sem qualquer obstáculo.

Em Outubro, Franco Nogueira tem um encontro com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros inglês Michael Stewart em Nova Iorque. Stewart declara que o “caso

¹²⁶ Pedro Aires Oliveira, *op.cit.*, pp. 329 e 330.

¹²⁷ Para Franco Nogueira a situação era clara: “Aproxima-se um conflito de tomo entre a Inglaterra e nós.” Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 138 e 139.

¹²⁸ Recorde-se que a Rodésia já possuía um representante diplomático em Pretória, capital da África do Sul. AHD do MNE – PAA 960,17 Maço 1110. Ofício n.º 536 do Consulado Geral de Portugal em Salisbúria, 3 de Agosto de 1965.

¹²⁹ Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 138.

¹³⁰ AHD do MNE – PAA 960,17 Maço 1111. Ofício n.º 594 do Consulado Geral de Portugal em Salisbúria, 25 de Agosto de 1965.

¹³¹ AHD do MNE – PAA 960,17 Maço 1110. Circular dos Serviços de Informação n.º 22/65, 12 de Outubro de 1965.

Reedman” já estava ultrapassado dada a iminência de uma rebelião na Rodésia, situação considerada ainda mais grave, pelo que o Governo português não deveria ter “qualquer dúvida sobre a seriedade da situação”. Franco Nogueira responde que rejeitava “qualquer parcela de responsabilidade em todo o assunto, que apenas competia ao governo de Sua Majestade”, não aceitando em partilhar responsabilidades quando nunca havia sido ouvido por Londres acerca da política a conduzir na Rodésia.¹³²

A 11 de Novembro o Governo de Ian Smith proclama a independência unilateralmente, o que vai levar Londres a aprovar sanções económicas, afastando o cenário de uma intervenção militar e, posteriormente, a 20 de Novembro, é aprovado no Conselho de Segurança da ONU uma resolução que previa sanções económicas à Rodésia, das quais se destacava o embargo ao fornecimento de armamento e de petróleo. De facto, uma intervenção militar, para além de ser certamente contestada pela opinião pública inglesa, dificilmente poderia ser lançada sem o apoio de Portugal e da RAS, o que era muito improvável.¹³³ O Governo português reafirma que não tem qualquer responsabilidade no problema mas, dada a sua posição geográfica, via-se na obrigação de garantir à Rodésia o livre acesso ao mar, não devendo interferir com as mercadorias destinadas a este país.¹³⁴ Apesar da posição de apoio discreto da RAS e Portugal, ambos os países não reconhecem oficialmente a independência rodesiana que, aliás, não foi reconhecida por nenhum Estado.

Até ao final de 1965 a situação não sofre praticamente nenhuma alteração uma vez que o Governo inglês optara por uma “estratégia de desgaste paciente” da Rodésia e que garantiu ao regime de Ian Smith uma sobrevivência sem sobressaltos enquanto as reservas de petróleo permitiram um regular funcionamento da indústria.¹³⁵ Para Salazar, “a salvação de Moçambique está em que a política britânica, tal como a vemos desenhar-se, não triunfe na Rodésia”,¹³⁶ pelo que era essencial garantir que as sanções económicas fracassassem. Para tal, a partir de Janeiro de 1966 inicia-se o fornecimento de combustíveis pela RAS e, do lado português, são encetados múltiplos contactos por homens como Jorge Jardim ou Manuel Bullosa, numa altura em que se toma conhecimento de que as reservas da Rodésia estariam perto de se esgotar.¹³⁷ Em finais de Janeiro, a posição do Governo da RAS não é totalmente clara para os responsáveis portugueses, pelo que o Governo de Lisboa manifesta a Pretória o desejo de esclarecer a situação. A RAS envia então para Lisboa o Embaixador Burger, enviado especial do Primeiro-Ministro Hendrik Verwoerd e que possuía instruções para “pôr as cartas na mesa e mostrar todo o baralho”, esclarecendo Salazar de

¹³² *Idem.* Telegrama n.º 408-A da Missão Permanente de Portugal na ONU (Nova Iorque), 7 de Outubro de 1965.

¹³³ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 327, 334 e 335

¹³⁴ Franco Nogueira, *Salazar: O Último Combate (1964-1970), Volume VI*, pp. 101 e 102.

¹³⁵ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 336-338.

¹³⁶ Carta de Oliveira Salazar a Marcello Mathias, 22 de Fevereiro de 1966. Maria José Pinto (ed.), *op. cit.*, p. 550.

¹³⁷ Jorge Jardim, *Rodésia: O escândalo das sanções*, pp. 83-85.

que o seu país estava na disposição de correr todos os riscos necessários para ajudar a Rodésia, garantindo a estabilidade económica e financeira de Salisbúria e assegurando o fornecimento do petróleo, enviando para Moçambique via caminho-de-ferro de Lourenço Marques, de onde seria encaminhado para a Rodésia.¹³⁸ Para Salazar, tratava-se de um encontro muito positivo, visto que permitiu aferir que “a África do Sul tem a noção da importância da questão, dos riscos que se correm e da necessidade de corrê-los”, e a decisão de abastecer a Rodésia através de Lourenço Marques permitia proteger o porto da Beira e, conseqüentemente, Moçambique de um eventual agravamento das sanções.¹³⁹ Mas na verdade, perante a ineficácia das sanções, o Governo de Londres decide literalmente apertar o cerco ao porto da Beira, deslocando para a região vastos meios aéreos e navais com vista a garantir a eficácia do bloqueio.¹⁴⁰

Também em finais de Janeiro Ian Smith interroga o Cônsul Freitas Cruz sobre qual seria a actuação do Governo português caso acostasse na Beira um petroleiro destinado à Rodésia e,¹⁴¹ apesar da ausência de uma resposta, em finais de Março Smith comunica que estava iminente a chegada dum petroleiro à costa moçambicana. Perante esta situação, o governo português comunica ao Primeiro-Ministro rodesiano que apesar de autorizarem a entrada do petroleiro no porto da Beira, sugeriam que a melhor saída para a questão passava sempre por uma desistência da Rodésia de enviar petroleiros para a Beira.¹⁴² O *Joanna V*, petroleiro grego carregado de crude destinado à Rodésia, consegue atracar no porto da Beira no início de Abril, com a própria Marinha inglesa a auxiliar na manobra. A Inglaterra faz ver imediatamente ao Governo português a gravidade que constituiria uma permissão de descarga do petróleo para a Rodésia, ao mesmo tempo que vai enviando uma “série de sinais destinados a fazer crer aos portugueses que uma intervenção militar sobre a Beira poderia estar iminente”.¹⁴³

Portugal age rapidamente e em vários níveis, mostrando firmeza perante os responsáveis ingleses ao negar qualquer responsabilidade sobre a embarcação e respectivo carregamento e, simultaneamente, reforçando o dispositivo militar na cidade da Beira. Ao mesmo tempo, efectua diligências junto de Ian Smith para que este declare oficialmente prescindir do carregamento de combustível, o que era encarado por Salazar como a melhor resolução para a crise, garantindo ainda que a RAS fornecia a Salisbúria o necessário para

¹³⁸ ANTT – AOS/CO/NE-30A. Apontamento de conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador Burger, 05 de Fevereiro de 1966.

¹³⁹ Carta de Oliveira Salazar a Marcello Mathias, 22 de Março de 1966. Maria José Pinto (ed.), *op. cit.*, p. 561.

¹⁴⁰ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 338-340.

¹⁴¹ AHD do MNE – PAA 960,17 Maço 1110. Telegrama n.º 45 do Consulado Geral em Salisbúria, 28 de Janeiro de 1966.

¹⁴² Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 139-142.

¹⁴³ Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, p. 340.

compensar a desistência sobre o crude do *Joanna V*, o que se verifica a 16 de Abril com a declaração de Ian Smith de que prescindia do carregamento do petroleiro.¹⁴⁴

Após isto, e apesar de no plano diplomático se seguirem algumas diligências em tom acusador por parte dos responsáveis portugueses, vai haver lentamente um decréscimo gradual da tensão entre Inglaterra e Portugal, pelo que o bloqueio da Beira vai entrar numa rotina pontilhada de situações caricatas e de algumas incongruências, com militares ingleses a serem assistidos por médicos portugueses na cidade da Beira ou ainda com as dependências sul-africanas das multinacionais petrolíferas inglesas a continuarem a garantir o fornecimento de crude ao regime de Ian Smith, contribuindo assim para a percepção do bloqueio como uma medida simbólica do Governo inglês mais do que uma real vontade de derrubar o regime de Ian Smith.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 150-160.

¹⁴⁵ Jorge Jardim, *op. cit.*, pp. 150-152, 239 e 240.

Capítulo III - Portugal e o apoio da RAS

a) A aproximação à RAS

No início da década de 60 as relações com a União Sul-Africana, embora cordiais, eram uma realidade muito ténue tendo em conta os vários assuntos de interesse comum aos dois países, especialmente em Moçambique mas também em Angola. Na Assembleia Geral da ONU, Portugal e a União Sul-Africana eram dos principais alvos do emergente e cada vez mais preponderante bloco afro-asiático pelo que havia uma política de apoio mútuo, contudo, Pretória manifestava vontade de alargar a cooperação para outros campos. Um documento do MNE de Setembro de 1960 relata uma visita à província de Angola realizada por altas patentes das Forças Armadas sul-africanas, durante a qual estas sugeriram que se estabelecesse um acordo de defesa comum, desejo aliás que Pretória vinha manifestando desde meados da década de 50,¹⁴⁶ mostrando ainda disponibilidade para emprestar aviões *Dakota DC-3* caso Portugal assim o pretendesse.¹⁴⁷ No entanto, os responsáveis portugueses encaravam estes planos de aproximação como inapropriados uma vez que este movimento traria mais problemas do que os que resolveria e a própria visita do Ministro da Defesa sul-africano Johannes Fouché que estava agendada para o ano seguinte era vista como incómoda, chegando-se a afirmar que não haveria nenhum inconveniente em que esta não se realizasse.¹⁴⁸ A visita realizou-se efectivamente em Julho de 1961 e, apesar da total disponibilidade reiterada por Fouché a Salazar para auxiliar no que fosse preciso, nada é solicitado pelo Presidente do Conselho e Ministro da Defesa. No final da visita, o Ministro sul-africano nega a existência de um acordo militar, “nem mesmo de carácter defensivo”, uma possibilidade que era bastante comentada na comunidade internacional especialmente nos países da África Negra onde era referida como *The Unholy Alliance*.¹⁴⁹

Temos assim uma notória tendência por parte das autoridades portuguesas para manter a recém-constituída RAS à distância, numa altura em que se apregoava o Portugal pluricontinental e multirracial¹⁵⁰ e em que a contestação à política do *apartheid* ganha dimensão no plano internacional especialmente após o massacre de Sharpeville, ocorrido a 21 de Março de 1960.¹⁵¹ A aproximação ao regime do Primeiro-Ministro Hendrik Verwoerd

¹⁴⁶ Maria Isabel Moita, *Portugal perante a política do Apartheid: A visão da diplomacia portuguesa*, pp. 11 e 12.

¹⁴⁷ ANTT – AOS/CO/UL-55. Ofício n.º 268 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 20 de Setembro de 1960.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1137. Ofício n.º 293 da Embaixada de Portugal em Pretória, 25 de Julho de 1961.

¹⁵⁰ *Idem*. Ofício n.º 1352 do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, 10 de Fevereiro de 1962.

¹⁵¹ Luís Castelo Branco, *op. cit.*, pp. 94-96.

vai começar pelo plano económico porque é neste campo que os responsáveis portugueses mostram maior abertura à aproximação, aproveitando a vontade sul-africana de desenvolver e financiar projectos de interesse comum. Contudo, e apesar de reiteradas manifestações por parte de altos responsáveis sul-africanos em alargar a cooperação para a área da defesa, não há grande abertura em Lisboa ao assunto, numa altura em que o apoio militar da França e RFA funcionava em pleno. O momento da viragem ocorre aquando da decisão de Salazar apoiar a DUI da Rodésia, decisão que representava uma mudança de posição em relação aos regimes brancos da África Austral, mostrando que Portugal estava agora disposto para uma colaboração a todos os níveis, mesmo sob uma forte crítica internacional.¹⁵² Independentemente desta opção, a chegada de Johannes Vorster ao cargo de Primeiro-Ministro em finais de 1966 vai ser o marco de uma mudança de prioridades em favor da política externa, após os anos de Verwoerd em que a primazia era dada à política interna e à consolidação do *apartheid*.¹⁵³ Por isso, a opção pela RAS como parceiro na área da defesa vai ganhando cada vez mais consistência em finais da década de 60 e início da década seguinte, coincidindo com o distanciamento encetado nesta altura pela França e, especialmente, pela RFA.

b) Cooperação económica – De Cunene a Cabora Bassa

A aproximação no plano da cooperação económica vai dar-se por iniciativa da RAS que propõe que se realizem, em Setembro de 1962, conversações em Lisboa subordinadas a diversos aspectos dos quais se destacam o aproveitamento do rio Cunene e o desenvolvimento do aeroporto da ilha do Sal, em Cabo Verde, ambos projectos de grande interesse para os sul-africanos. O rio Cunene, situado na fronteira sul de Angola, era visto como um recurso valioso tendo em vista o fornecimento de água e energia eléctrica ao território do Sudoeste Africano, mas também era importante politicamente tendo em conta a vontade sul-africana de continuar a administrar este território.¹⁵⁴ A construção do aeroporto em Cabo Verde era importante do ponto de vista económico para a transportadora aérea sul-africana, a *South Africa Airways*, pelo que se compromete a financiar integralmente a obra com 3,8 milhões de rands, cerca de 150 mil contos, o que leva os responsáveis

¹⁵² António José Telo, *A prioridade a África (1959-1974)*, p. 472.

¹⁵³ Luís Castelo Branco, *Idem*.

¹⁵⁴ A questão do Sudoeste Africano era, a par do *apartheid*, um dos motivos para a contestação internacional do governo de Pretória. Território actualmente designado de Namíbia, era uma possessão colonial alemã até 1915, altura em que a União Sul-Africana ocupa a região. Após o final da I Guerra Mundial a então criada SND atribui à União Sul-africana um mandato para administrar o território, contudo, no pós-II Guerra Mundial, a SDN é extinta sem que haja uma transferência do mandato para a ONU, deixando assim um vazio legal. Rui Silva Sanches, *O aproveitamento do rio Cunene: sua importância internacional e para o sul de Angola*, p. 171.

portugueses a admitir que este era o único meio a permitir o arranque do projecto.¹⁵⁵ Estas negociações têm a sua sequência em Maio de 1963, com a visita a Lisboa do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RAS, Eric Louw¹⁵⁶ e, em Outubro do mesmo ano, com o envio de uma delegação do MNE chefiada pelo diplomata Albano Nogueira a Pretória, onde durante cerca de um mês são abordados um conjunto variado de assuntos de natureza económica.¹⁵⁷

Esta sequência de negociações vai culminar com o estabelecimento de um acordo de princípios, por troca de notas, a 13 de Outubro de 1964, tendo Franco Nogueira considerado que “se não são espectaculares, têm grande amplitude”,¹⁵⁸ e no qual se acordava que o planeamento e execução de quaisquer projectos no Cunene devia seguir o princípio da “utilização óptima conjunta”, prevendo uma localização genérica das infra-estruturas a executar, num investimento financiado na totalidade pela RAS.¹⁵⁹ Também neste ano vão ser alcançados entendimentos noutras áreas, nomeadamente com o novo acordo para regulamentar o uso da mão-de-obra portuguesa na RAS ou ainda a revisão do acordo para utilização do caminho-de-ferro de Lourenço Marques.¹⁶⁰

No ano seguinte, outro tema entra também nas negociações económicas entre Portugal e o Governo de Pretória: a barragem de Cabora Bassa. A ideia de um aproveitamento dos rápidos do rio Zambeze na região de Cabora Bassa vem desde 1957, mas é em 1965 que ganha forma com a apresentação feita pelo Ministério do Ultramar do Plano Geral de Fomento e Ocupação do Vale do Zambeze, iniciativa desde logo incentivada por vários empresários influentes sul-africanos.¹⁶¹ A RAS via o projecto de Cabora Bassa não só no plano económico, enquanto parcela do objectivo de diversificar as fontes de energia eléctrica para uma indústria em expansão, mas também no plano político enquanto incentivo à permanência portuguesa em Moçambique, funcionando como Estado-tampão entre Pretória e a África Negra.¹⁶²

O ano de 1966 vai ser dominado pelo apoio português e sul-africano à Rodésia, por isso, só em Junho de 1967 é que reiniciam as negociações económicas e novamente por iniciativa do Governo sul-africano, com a entrega no Palácio das Necessidades do *Draft for Joint First Phase Development*, projecto que especificava as infra-estruturas a desenvolver

¹⁵⁵ Recorde-se que, consequência da sua política de discriminação racial, o governo de Pretória via vedado o acesso à quase totalidade dos aeroportos africanos. ANTT – AOS/CO/NE-30C. Memorando da Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, MNE, 19 de Outubro de 1963.

¹⁵⁶ Franco Nogueira, *Salazar: A resistência (1958-1964)*, Volume V, pp. 478 e 479.

¹⁵⁷ AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1129. Telegrama n.º 134 da Embaixada de Portugal em Pretória, 8 de Novembro de 1963.

¹⁵⁸ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 566.

¹⁵⁹ Acordo, por troca de notas, entre Portugal e a RAS, 13 de Outubro de 1964. In Rui Silva Sanches, *op. cit.*, pp. 203-215.

¹⁶⁰ Luís Correia Alves, *O Projecto de Cabora Bassa*, pp. 110 e 111.

¹⁶¹ ANTT – AOS/CO/UL-49A. Nota-resumo sobre o Aproveitamento do Zambeze em Cabora Bassa, 20 de Janeiro de 1966.

¹⁶² Luís Correia Alves, *op. cit.*, pp. 53-61.

no rio Cunene ao abrigo do acordo de 1964, nomeadamente a construção de duas barragens, em Gove e Caleque, bem como uma central eléctrica nas proximidades das cataratas do Ruacaná, com o projecto a ser suportado em grande parte pela RAS e mesmo a participação portuguesa era financiada com empréstimos sul-africanos.¹⁶³ Em simultâneo, era enviada a Pretória uma delegação chefiada pelo diplomata Calvet de Magalhães e na qual se acorda o lançamento do projecto de Cabora Bassa assim que fosse homologado pelos dois governos e com a RAS a comprometer-se no auxílio ao financiamento do projecto.¹⁶⁴ As negociações vão depois chegar a um impasse provocado por divergências técnicas sobre a barragem de Caleque, o que levou o embaixador Burger a confessar ao Embaixador em Pretória, Menezes Rosa, que o “completo fracasso” das negociações em Lisboa sobre o Cunene levava a que se devesse considerar este projecto completamente independente relativamente a Cabora Bassa, sob pena de se adiar a decisão durante anos, prolongando as negociações sem que se verifique nenhum “avanço prático”.¹⁶⁵ De facto, a questão de Cabora Bassa vai ser resolvida primeiro, com a RAS a assumir o papel de principal comprador da energia produzida bem como a ficar com o encargo de cerca de 3 milhões de contos, maioritariamente referentes à construção da rede de transporte de energia para território sul-africano, numa obra com um custo total previsto de 14 milhões de contos. Como principais contrapartidas, o Governo sul-africano ficava com uma participação de cinquenta por cento na empresa concessionária do transporte e de vinte e cinco por cento da empresa de produção de energia eléctrica.¹⁶⁶ Sendo assim e apesar de todas as divergências existentes no seio do governo português que não cabe aqui explorar, a 10 de Julho de 1968 o Conselho de Ministros aprova a construção da barragem de Cabora Bassa, com a adjudicação provisória ao consórcio ZAMCO.¹⁶⁷

O acordo relativamente ao Cunene só vai ser firmado em 21 de Janeiro de 1969, com uma cedência dos sul-africanos aos argumentos dos técnicos portugueses, prevendo a construção do esquema negociado desde 1967 e acima referido, com o Governo de Pretória a financiar a totalidade do projecto, quer através de participações directas quer através de participações indirectas, nomeadamente com a concessão de empréstimos a Lisboa.¹⁶⁸

¹⁶³ AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1129. Telegrama n.º 135 para Embaixada de Portugal em Pretória, 18 de Agosto de 1967.

¹⁶⁴ ANTT – AOS/CO/UL-58. Plano Geral do Zambeze – Empreendimento de Cabora-Bassa, s.d.

¹⁶⁵ AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1129. Aerograma n.º A-44 da Embaixada de Portugal em Pretória, 6 de Outubro de 1967.

¹⁶⁶ ANTT – AOS/CO/UL-49B. Adjudicação da construção do empreendimento de Cabora-Bassa - Exposição ao Conselho de Ministros, Julho de 1968.

¹⁶⁷ Sobre as divergências no interior do governo de Salazar cf. Franco Nogueira, *Salazar: O Último Combate (1964-1970)*, Volume VI, pp. 370-373.

¹⁶⁸ Ver no Anexo B a localização das infra-estruturas no sul de Angola. Acordo entre o governo de Portugal e o governo da RAS sobre a 1ª fase do aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Cunene. In Rui Silva Sanches, *op. cit.*, pp. 219-223.

c) Fornecimento de material de guerra e operações conjuntas

Como já foi referido anteriormente, a vontade de estreitar laços na área da defesa era uma vontade antiga por parte do Governo de Pretória nem sempre correspondida pelos congéneres portugueses, não obstante alguns acordos pontuais nesta área.¹⁶⁹ A RAS encontrava-se sob um embargo de armas da ONU desde 1963 que, embora não fosse totalmente eficaz, havia levado o Governo de Pretória a encarar a necessidade de possuir uma indústria de defesa forte e autónoma, iniciando em meados da década de 60 a produção de inúmeros equipamentos de defesa, especialmente armamento de origem francesa produzido sob licença.¹⁷⁰

O grande impulso neste campo dá-se, em primeiro lugar, com a visita do Ministro da Defesa da RAS, Pieter Botha, a Lisboa em Abril de 1967. No seu encontro com Franco Nogueira, a questão da Rodésia dominava ainda as conversas mas já se começava a delinear uma nova base de entendimento ao nível da cooperação militar. Botha afirmou que “chegara o momento de (...) conversarem mais intimamente”, sendo acordado que se iniciem contactos entre os estados-maiores das Forças Armadas dos dois países com vista à discussão dos problemas comuns na África Austral e troca de informações. O Ministro sul-africano garante ainda que se encontrava em posição de fornecer material de guerra a Portugal por um preço reduzido, ficando ainda agendada a visita de Franco Nogueira à RAS.¹⁷¹ Em Pretória, Franco Nogueira encontrou-se com o Primeiro-Ministro Johannes Vorster, tendo os assuntos de segurança ocupado um lugar primordial nas conversações. Franco Nogueira afirmou que o objectivo dos movimentos de independência da África Austral não se confinava aos territórios de Angola e Moçambique, ao que Vorster declara que não tinha problema algum em confessar que “a luta de Portugal em Angola e Moçambique era absolutamente vital para a África do Sul”, pelo que “não podia permitir uma derrota portuguesa naqueles territórios, nem sequer o enfraquecimento” da posição de Portugal, mostrando ainda disponibilidade para intervir militarmente se Portugal assim pedisse.¹⁷² O Primeiro-Ministro afirmou que não havia necessidade de firmar nenhuma aliança militar formal entre os dois países, tal como Botha havia declarado em Lisboa no mês de Abril, uma vez que eram “demasiado amigos para isso”.¹⁷³ No final, Franco Nogueira confessava que “não poderia ter sido mais cordial nem mais amistosa a entrevista”.¹⁷⁴

Seguindo o acordo de princípios ao nível ministerial, o CEME General Câmara Pina envia ao seu congénere sul-africano, General Alan Fraser, a 16 de Setembro de 1967, um

¹⁶⁹ Recorde-se, por exemplo, o empréstimo de um lote de 12 500 espingardas belgas FN em 1961.

¹⁷⁰ AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1137. Ofício n.º 1157 da Embaixada de Portugal em Pretória, 13 de Dezembro de 1968.

¹⁷¹ ANTT – AOS/CO/NE-30A. Relato de conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Ministro da Defesa da RAS, 11 de Abril de 1967.

¹⁷² AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1129. Relato de conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Primeiro-Ministro da África do Sul, 26 de Julho de 1967.

¹⁷³ *Idem.*

¹⁷⁴ *Idem.*

memorando no qual detalhava quais os materiais que Portugal mais necessitava para a condução da guerra em África. A lista englobava uma grande variedade de equipamentos militares, dos quais se destaca o pedido de 20 mil munições para obus 8,8 cm e de trinta e três viaturas blindadas *AML Panhard*, bem como jipes e camiões em quantidades a propor pelo Exército sul-africano de acordo com as suas possibilidades. Câmara Pina apelava ainda aos responsáveis sul-africanos o estudo de uma fórmula para que esta encomenda sobrecarregasse o menos possível as finanças portuguesas, lembrando que “Portugal na sua luta, (...) indiscutivelmente está a pôr um dique ao alastramento da subversão para a África do Sul”.¹⁷⁵ Na prática, o que os responsáveis portugueses pretendiam era que todo o material consumível, como as munições, fosse vendido a Portugal em condições favoráveis e que os restantes equipamentos fossem emprestados.¹⁷⁶

No entanto, surge um pequeno desentendimento dentro do Governo sul-africano, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros a pretender que o pedido seguisse pelos canais diplomáticos, apesar de na prática já estar a ser encaminhado pelo Ministério da Defesa.¹⁷⁷ Simultaneamente, surgem nesta altura também informações de que, embora fosse pouco provável, havia a hipótese dos sul-africanos fornecerem uma quantidade reduzida de aviões sanitários *Cessna* bem como de helicópteros *Allouette II* ou *Vertol 107*, o que era altamente desejado pelas forças portuguesas.¹⁷⁸ O novo pedido é feito formalmente por Franco Nogueira a 22 de Janeiro de 1968 e, embora no essencial fosse a lista patente no memorando de 16 de Novembro, incluía algumas novidades, nomeadamente o pedido de dez helicópteros *Alouette III* ou, de preferência, seis *Vertol 107*, embora se soubesse, à partida, que não seria viável o fornecimento destes equipamentos. A lista apresentava ainda como novidades o pedido de material de construção e conservação de estradas, bem como a exclusão de alguns equipamentos patentes na lista de Novembro, especialmente os jipes e camiões.¹⁷⁹

Em início de Fevereiro e, de acordo com uma sugestão feita pelas autoridades sul-africanas, é enviada uma missão para Pretória a fim de discutir as condições de fornecimento do equipamento, sendo esta missão encabeçada pelo General Câmara Pina, contando ainda com a presença do Brigadeiro Bettencourt Rodrigues. Embora na nossa investigação não se tenha encontrado o resultado final destas negociações, estas terão sido conclusivas, na medida em que ainda nesse ano é iniciada a entrega de material de guerra destinado, essencialmente, a Moçambique e Angola.¹⁸⁰ Estava iniciada a “operação

¹⁷⁵ AHM FO/007/A/92/150/25. Memorando do CEME, 16 de Setembro de 1967.

¹⁷⁶ *Idem*.

¹⁷⁷ AHD do MNE - PAA 960, 18 Maço 1137. Informação do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, 10 de Janeiro de 1968.

¹⁷⁸ *Idem*. Aerograma n.º 52 da Embaixada de Portugal em Pretória, 24 de Novembro de 1967.

¹⁷⁹ *Idem*. Telegrama n.º 21 para a Embaixada de Portugal em Pretória, 22 de Janeiro de 1968.

¹⁸⁰ Numa nota de 7 de Outubro de 1968, o Quartel-General da Região Militar de Moçambique dava conta da recepção de 9 *AML Panhard*, todas em boas condições de funcionamento. AHM

SCAPULA”, durante a qual vão ser entregues pela RAS uma série de equipamentos dos quais se destacam vinte e cinco *AML Panhard*, vinte e nove *Eland MK4*, quatro *Eland MK5* e três helicópteros *Allouette III*.¹⁸¹

O ano de 1968 vai constituir outro marco na cooperação entre a RAS e Portugal no que se refere à participação em operações conjuntas no Leste de Angola, junto à fronteira com a Zâmbia e com o Sudoeste Africano. Os contactos para a cooperação terão começado em finais de 1966 e princípios de 1967, com o início do conflito que ficou conhecido na historiografia sul-africana como as Guerras da Fronteira, no norte do Sudoeste Africano. Este início está intimamente ligado com o surgimento do movimento nacionalista SWAPO, cuja actividade se encontrava em estreita ligação com a UNITA.¹⁸² Em Junho de 1968 vão iniciar-se as operações conjuntas, com as operações portuguesas no distrito de Cuando-Cubango a serem apoiadas por helicópteros sul-africanos, contudo, dado o reduzido número de meios envolvidos, o apoio era considerado como “incipiente” pelo Governador-Geral de Angola Rebocho Vaz que informa, no mês de Julho, o Presidente do Conselho da cooperação que se estava a desenvolver no terreno.¹⁸³ Era o começo da “operação BOMBAIM”, com o emprego de diversas aeronaves sul-africanas no auxílio às forças portuguesas no terreno, actuando a partir da base de Rundu, no Sudoeste Africano, e que estavam sob comando directo do *General Officer Commanding Joint Combat Forces*,¹⁸⁴ o General sul-africano Alan Fraser, o responsável máximo pela ligação às autoridades portuguesas e que promete a Rebocho Vaz uma intensificação do apoio para os meses seguintes.¹⁸⁵ Num relatório de Março de 1970 é feito o balanço do apoio prestado às forças portuguesas desde Junho de 1968 até Dezembro de 1969, estimando-se cerca de 7500 horas de voo em apoio às operações portuguesas, com um custo total de cerca 2,5 milhões de rands, e durante o qual haviam sido abatidos dois helicópteros *Allouette III*.¹⁸⁶ Este relatório aponta ainda para a necessidade de revisão do *modus operandis* em que se estava a processar a colaboração, uma vez que os resultados obtidos eram muito escassos e que não justificavam o elevado encargo que estava a ser suportado pelas forças sul-africanas. A apresentação deste relatório, em Março de 1970, foi parte integrante de uma exposição levada a cabo por elementos do Estado-Maior do General Fraser e por ele próprio, em que é

FO/007/B/51/394/14. Nota nº 6363/4 do Quartel-General da Região Militar de Moçambique, 7 de Outubro de 1968.

¹⁸¹ As *Eland* eram viaturas *Panhard* fabricadas sob licença na RAS. Ver no Anexo D o material cedido gratuitamente ou emprestado pela RAS na “operação SCAPULA”. AHM FO/031/17/393/666-A.

¹⁸² Leopold Scholtz, *The Namibian Border War: An appraisal of the South African Strategy*, pp. 26-28.

¹⁸³ ANTT – AOS/CO/PC-78L. Informação do Governador-Geral de Angola para o Presidente do Conselho, 21 de Julho de 1968.

¹⁸⁴ AHM FO/007/B/44/370/1. Relatório “Plano de Defesa para a África Austral”, Março de 1970.

¹⁸⁵ ANTT – AOS/CO/PC-78L. *Idem*.

¹⁸⁶ As aeronaves utilizadas são o *Allouette III* (tendo sido dois abatidos neste período), *Cessna*, *Dakota* e *Camberra*, *Harvard* e o *C-130*. AHM FO/007/B/44/370/1. Anexo A – Análise de Custos da Operação “BOMBAIM”, ao apoio aos Portugueses: período de Junho de 1968 a Dezembro de 1969, Relatório “Plano de Defesa para a África Austral”, Março de 1970.

defendida uma necessidade de colaboração mais abrangente e que vai desembocar na criação do “exercício ALCORA”, projecto envolto num elevado secretismo e que vai ser desenvolvido mais à frente neste trabalho. As operações conjuntas vão continuar em Angola com o emprego não só de meios da Força Aérea sul-africana mas também do Exército, com uma força de efectivo batalhão sediada em Katima Mullilo e que possuía autorização para operar no distrito de Cuando-Cubango, sempre em estreita colaboração com a DGS e respectivas tropas especiais, os Flechas, através de estruturas de ligação instaladas em Cuando Cuanavale e Serpa Pinto.¹⁸⁷

A cooperação em Moçambique também se inicia nesta altura, especialmente à medida que a actividade da FRELIMO se alastra no distrito de Tete, mas não vai nunca atingir a mesma dimensão que em Angola. Destaca-se ainda assim o acordo que permitia a Portugal a evacuação de feridos para hospitais sul-africanos, colmatando assim as insuficiências da assistência médica naquela província ultramarina.¹⁸⁸

d) Empréstimos para fins de defesa

Em Fevereiro de 1969, na sequência de conversas ocorridas na Cidade do Cabo e em vésperas da visita a Lisboa do Ministro da Defesa sul-africano Pieter Botha, o Ministro da Defesa português, Sá Viana Rebelo, enviou uma carta a este onde pedia que a RAS apoiasse o esforço português através de duas modalidades. Em primeiro lugar, o fornecimento de uma vasta panóplia de material e equipamento, constante numa lista de dez páginas que englobava não só viaturas blindadas *AML Panhard*, aviões *T-6 Harvard* ou helicópteros *Allouette III*, mas também geradores eléctricos, colchões de espuma ou mesmo frigoríficos, num total de aproximadamente 130 milhões de rands, algo como 3,6 milhões de contos. Sá Viana Rebelo pretendia que o material constante desta lista fosse cedido sem qualquer encargo e, se tal não fosse possível, que os equipamentos fossem emprestados ou na pior das hipóteses vendidos, ficando Portugal com um prazo de dez anos para liquidar a dívida.¹⁸⁹

Em segundo lugar, pretendia ainda um empréstimo de 35 milhões de rands, também a liquidar em dez anos, para financiar actividades diversas nos territórios de Moçambique e Angola, como construção de estradas, aquartelamentos ou manutenção de aeronaves e navios. Como contrapartidas, Portugal manifestava a sua disponibilidade para informar o

¹⁸⁷ Ver no Anexo B os locais acima referidos (Serpa Pinto designa-se actualmente de Menongue). O Estado-Maior do Exército Português recebia, via adido militar da Embaixada da RAS em Lisboa, relatórios enviados pelo *General Officer Commanding Joint Combat Forces* em que eram detalhados todos os pormenores das operações portuguesas em curso no Leste de Angola e que envolviam as forças sul-africanas. AHM FO/032/3/402/35 e 36. SITREP's de operações conjuntas de Exército Português e Exército sul-africano, 2 Volumes, de Março de 1970 a Julho de 1973.

¹⁸⁸ Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade: os anos decisivos*, pp. 302-303.

¹⁸⁹ Ver no Anexo E a lista acima referida. AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1137. Carta do Ministro da Defesa Nacional de Portugal para o Ministro da Defesa da RAS, 23 de Fevereiro de 1968.

Estado-Maior das Forças Armadas sul-africanas da localização dos materiais sempre que tal fosse solicitado, disponibilizando-se ainda para fornecer informações sobre a evolução da situação militar em Angola e Moçambique.¹⁹⁰

Aquando da visita do Ministro Botha a Lisboa em finais de Março os sul-africanos apresentam as suas alterações à proposta portuguesa. Em primeiro lugar, havia que ter em conta um problema legal: o Governo de Pretória não podia emprestar mais de 50 milhões de rands sem que o pedido tivesse que ser aprovado no Parlamento, algo que não era seguramente do interesse de ambas as partes pela publicidade inerente. Sendo assim, a África do Sul mostrava disponibilidade para fornecer gratuitamente material no valor de 11 milhões de rands, bem como efectuar um empréstimo de 50 milhões de rands, dos quais 12,6 milhões seriam utilizados na compra à RAS de equipamento militar e os restantes 37,4 milhões seriam utilizados por Portugal em material ou ouro, conforme fosse do interesse do Governo de Lisboa.¹⁹¹

Contudo, quando no início de Maio é enviada a Pretória uma delegação chefiada pelo Secretário-Adjunto da Defesa Nacional, General Paiva Brandão, o cenário é substancialmente diferente do traçado em Lisboa dois meses antes, com as autoridades sul-africanas a afirmarem agora que as importantes concessões que haviam sido feitas ao Governo português no projecto de Cabora Bassa estavam a afectar este empréstimo.¹⁹² A proposta sul-africana estava detalhada numa carta entregue a Paiva Brandão e destinada a Viana Rebelo. Seria entregue a Portugal equipamento militar antiquado no valor de 8,5 milhões de rands e um empréstimo de 25 milhões de rands, dos quais 6,6 milhões corresponderiam ao empréstimo de equipamento militar novo e os restantes 18,4 milhões seriam entregues em ouro. Este empréstimo traduzia-se ainda na obrigação de Portugal efectuar obras para melhoramento das vias de comunicação no Sudeste de Angola, no valor de 5 milhões de rands, o que se traduzia, na prática, numa redução do empréstimo para 20 milhões de rands. Paiva Brandão, instigado a comentar o conteúdo da carta, mostrou o seu desapontamento salientando que, embora o equipamento militar no valor de 8,5 milhões fosse considerável, se havia afastado muito dos 130 milhões de rands inicialmente pedidos, referindo ainda que tinha um valor operacional reduzido uma vez que englobava material antiquado.¹⁹³

Contudo, perante a reacção portuguesa no local e, posteriormente, perante a resposta de Viana Rebelo, os sul-africanos aceitam algumas cedências na sua posição,

¹⁹⁰ *Idem.*

¹⁹¹ *Idem.* Relato das conversas em 24 de Março de 1969 entre os Ministros da Defesa de Portugal e da RAS, s.d.

¹⁹² *Idem.* Relato da reunião de 8 de Maio de 1969 entre a Missão portuguesa e representantes das Forças Armadas da RAS, s.d.

¹⁹³ *Idem.*

deixando de estar incluída a obrigatoriedade de investir nas vias de comunicação e havendo uma redução na taxa de juro.¹⁹⁴

As diligências finais são depois conduzidas pelo Ministério das Finanças, com o Ministro da Defesa a pressionar para uma rápida conclusão do acordo, o que leva a que ainda no ano de 1969 seja dado início à entrega de material de guerra, num processo que se vai prolongar praticamente até ao final da Guerra Colonial.¹⁹⁵ De entre o material emprestado e cedido pela RAS, salienta-se o fornecimento de sessenta aviões *T-6 Harvard*, cinco aviões sanitários *Cessna 185-A*, cento e vinte jipes *Land Rover*, duzentos e sessenta camiões *Bedford* e ainda dezenas de milhares de munições para os morteiros 60 e 81 mm e para o obús 8,8 cm.¹⁹⁶

O pedido para um segundo empréstimo destinado à aquisição de material de guerra é feito durante a visita a Lisboa do Ministro Pieter Botha, em Abril de 1973, pelo seu congénere Sá Viana Rebelo, que lhe entrega uma carta onde constavam as necessidades portuguesas. O pedido tinha em anexo duas listas, uma primeira que incluía o material a ser cedido pela RAS e onde se encontravam, entre muitos outros equipamentos, os mísseis *CROTALE*, e uma segunda lista de material a ser adquirido ao abrigo do empréstimo de 150 milhões de rands, onde se destacava a intenção de renovação da Força Aérea portuguesa, através da aquisição de vinte caças *Mirage V* e da total substituição dos *T-6 Harvard* e *Dornier DO-27*, e que correspondia a metade do valor emprestado.¹⁹⁷

Porém, em finais de Agosto de 1973, desloca-se a Pretória uma delegação do Ministério das Finanças com vista a negociar um empréstimo com a mesma finalidade mas mais ambicioso, agora no valor de 250 milhões de rands, sem qualquer vinculação a listas de material, mas comprometendo-se a adquirir o equipamento na RAS sempre que possível. O Governo de Pretória admite a concessão do empréstimo, embora os valores propostos lhes parecessem muito elevados para as suas possibilidades. Como principais contrapartidas, a RAS pretendia de Portugal algumas facilidades relativamente à possível aquisição de corvetas em Espanha utilizando como intermediário o Governo português ou ainda que fosse reduzido o preço pedido pelo Ministério do Ultramar ao Governo sul-africano para a utilização de um maior volume de águas no Cunene.¹⁹⁸ As negociações vão entrar num compasso de espera até à visita do Ministro de Defesa português a Pretória, prevista para o início do mês de Setembro, para que se pudesse negociar com maior propriedade especialmente no que dizia respeito ao interesse sul-africano nas corvetas. Durante a sua visita, Sá Viana Rebelo mostra a impossibilidade de Portugal funcionar como

¹⁹⁴ *Idem*. Carta do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RAS ao Embaixador de Portugal em Pretória, 16 de Julho de 1969.

¹⁹⁵ *Idem*. Carta do Ministro da Defesa para o Ministro das Finanças, 9 de Julho de 1969.

¹⁹⁶ Ver no Anexo D o material cedido gratuitamente ou emprestado. AHM FO/031/17/393/666-A.

¹⁹⁷ Ver as referidas listas no Anexo F. AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1140. Carta do Ministro da Defesa de Portugal ao Ministro da Defesa da África do Sul, Abril de 1973.

¹⁹⁸ *Idem*. Telegrama n.º 262 da Embaixada de Portugal em Pretória, 30 de Agosto de 1973.

porta giratória para as corvetas, convencendo os responsáveis sul-africanos a comprarem os navios aos estaleiros portugueses e com o Governo português a financiar a aquisição.¹⁹⁹ As negociações vão continuar em Pretória entre o Embaixador Menezes Rosa e o Embaixador sul-africano Fourie, e embora Portugal comunicasse a sua disponibilidade para praticamente eliminar o valor a pagar pelas águas do Cunene, o Governo sul-africano mostra-se na disponibilidade de apenas conceder um empréstimo de 125 milhões de rands. Menezes Rosa salientou que 150 milhões eram o mínimo para responder às necessidades de reequipamento da Força Aérea e para a continuação do esforço de guerra em Moçambique e Angola, aludindo ainda à carta de Sá Viana Rebelo.²⁰⁰ Após a insistência do Embaixador português junto dos responsáveis sul-africanos é conseguido, em primeiro lugar, uma redução da taxa de juro sobre o empréstimo de quatro para três por cento e, posteriormente, um aumento do valor do empréstimo para 150 milhões de rands.²⁰¹

O acordo para o empréstimo de 150 milhões de rands foi assinado em Pretória a 8 de Março de 1974, entre o Governo português, nomeadamente o Ministério das Finanças e o *South Africa Reserve Bank*. O estabelecido era o envio de uma prestação mensal de 5 milhões de rands durante três anos no máximo de 50 milhões de rands por ano. Ainda no mês de Março Portugal recebe a primeira prestação, tendo o novo ministro da Defesa, Joaquim da Silva Cunha, iniciado de imediato contactos para a aquisição de equipamento ao abrigo do empréstimo, nomeadamente para a aquisição dos mísseis *CROTALE*.²⁰² No mês seguinte, em virtude da revolta militar em Lisboa, o Governo sul-africano decide suspender o empréstimo, que não voltaria mais a ser reactivado, sendo também suspenso o programa de construção das corvetas.

e) Exercício ALCORA – A defesa do triângulo branco da África Austral

A ideia de um acordo de defesa na região correspondia a uma ambição da RAS já antiga, mas que vai novamente ganhar fulgor e pertinência após o início das operações conjuntas em Moçambique e, especialmente, no Leste de Angola. No balanço efectuado em Março de 1970 pelas forças sul-africanas, para além de serem apontadas falhas aos responsáveis portugueses na condução da guerra contra-subversiva no Leste de Angola, era apontada “a indispensabilidade de uma mais íntima colaboração, em assuntos de natureza operacional e de informações”, ou seja, a necessidade de efectuar um planeamento conjunto envolvendo de uma forma global, os territórios de Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul. O General Fraser propõe, na prática, a criação de um

¹⁹⁹ *Idem*. Telegrama n.º 279 da Embaixada de Portugal em Pretória, 12 de Setembro de 1973.

²⁰⁰ *Idem*. Telegrama n.º 306 da Embaixada de Portugal em Pretória, 2 de Outubro de 1973.

²⁰¹ *Idem*. Telegrama n.º 363 da Embaixada de Portugal em Pretória, 11 de Dezembro de 1973.

²⁰² *Idem*. Memorial do Estado-Maior General das Forças Armadas, 18 de Setembro de 1975.

plano de defesa para fazer face a "um inimigo comum" cujo objectivo "é a queda dos governos da África Austral", propondo que se iniciassem os contactos tripartidos entre os estados-maiores das Forças Armadas dos três países.²⁰³ A própria Rodésia já havia manifestado aos responsáveis sul-africanos a sua concordância para que se iniciassem as reuniões. Em suma, estávamos perante uma colaboração ao mais alto nível dos estados-maiores da Forças Armadas e que visava o desenvolvimento de estudos que permitissem auxiliar um planeamento conjunto para a defesa da África Austral. No fundo, a colaboração no terreno já era uma realidade, quer em Angola quer em Moçambique, tanto com forças sul-africanas como rodesianas,²⁰⁴ tratava-se assim de a elevar para um nível qualitativamente diferente, pelo que o CEMGFA, General Venâncio Deslandes, dá a sua concordância para a participação portuguesa no projecto.²⁰⁵

Os contactos tripartidos são iniciados em Outubro de 1970 e vão ser consolidados em 1971, numa reunião entre 30 de Março e 1 de Abril efectuada em Pretória e da qual resulta uma alteração ao documento original de Outubro intitulado "exercício ALCORA". Este documento estabelecia que o objectivo do exercício ALCORA "consiste em investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, Rodésia e África do Sul, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral".²⁰⁶ A colaboração era de tal forma aberta que "a questão de interferência nos assuntos internos dos participantes ou a violação da sua independência na condução das operações militares não é levantada e não será tolerada".²⁰⁷

No fundo, debaixo da designação de "exercício ALCORA", estava a firmar-se uma aliança militar com uma organização perfeitamente definida, e que era encabeçada pela Comissão de Alto Nível ALCORA, presidida pelo General sul-africano van der Riet e que tinha o General Paiva Brandão, como o mais alto representante português.²⁰⁸ Esta comissão tinha como objectivo dirigir o desenvolvimento dos estudos a elaborar pelas subcomissões, que se organizavam nas seguintes áreas de colaboração: Informações, Força Aérea, Logística e, por último, Estratégia e Operações. A prioridade dos trabalhos a desenvolver nas subcomissões era a da sequência atrás referida, com destaque máximo para o estudo da ameaça à África Austral, e que devia servir de base para o desenvolvimento dos demais

²⁰³ AHM FO/007/B/44/370/1. Relatório "Plano de Defesa para a África Austral", Março de 1970.

²⁰⁴ As forças rodesianas possuíam autorização para entrar no território de Moçambique na perseguição a guerrilheiros, em operações com o consentimento e cooperação das autoridades portuguesas. Entrevista com Ian Smith In José Freire Antunes, *A guerra de África (1961-1974)*, pp. 603 e 604.

²⁰⁵ AHM FO/007/B/44/370/1. Memorando do CEMGFA, 7 de Abril de 1970.

²⁰⁶ Portugal, Rodésia e RAS assumem a designação de países ALCORA, enquanto que por territórios ALCORA entendia-se Angola, Moçambique, Rodésia e RAS. Ver no Anexo o documento "Exercício ALCORA" integralmente. AHM FO/007/B/44/370/2. Documento "Exercício ALCORA", 12 de Abril de 1971.

²⁰⁷ *Idem*.

²⁰⁸ AHM FO/007/B/44/370/8. Actas da Comissão de Alto Nível ALCORA, 7 de Abril de 1971.

estudos, que eram coordenados pela Comissão de Coordenação ALCORA.²⁰⁹ A periodicidade das reuniões da Comissão de Alto Nível era semestral e a das subcomissões era de acordo com as necessidades próprias de cada uma, tendo as reuniões decorrido desde meados de 1971 nas capitais dos países ALCORA, tendo sido produzidos inúmeros documentos relativos aos estudos efectuados, dos quais se destaca a proposta de um Conceito Estratégico militar,²¹⁰ e que é aprovada não só pela Comissão mas também ao nível governamental e que previa, entre outros, a criação de uma força estratégica altamente móvel de efectivo batalhão em fins de 1974, à qual deveria ser acrescida uma brigada aero-móvel durante o ano de 1975.²¹¹

No início de 1973 decorreu em Lisboa uma reunião entre os ministros da Defesa dos países ALCORA, algo que já era idealizado desde meados de 1972 pela Comissão de Alto Nível mas que vinha sendo adiada por não ser considerado oportuno tendo em conta o secretismo que se pretendia manter.²¹² Dessa reunião resulta a decisão de criar a PAPO, com sede em Pretória, o que vai configurar-se como uma alteração importante dos moldes em que o “exercício ALCORA” se vinha desenrolando. Esta decisão vai ser consolidada durante a visita de Sá Viana Rebelo à capital da RAS no mês de Setembro, e na qual é acordada definitivamente a criação e implementação da PAPO, o que ocorre logo no mês seguinte.²¹³ A PAPO tinha a missão de servir a Comissão de Alto Nível no planeamento, coordenação e implementação, numa base contínua, dos assuntos até agora abordados pelas subcomissões, o que implicava a dissolução destas a curto prazo. Como tal, as subcomissões vão reunir-se durante os meses de Fevereiro, Março e Abril de 1974 com vista a encerrarem os trabalhos e transferir o *know-how* para a PAPO.²¹⁴

Para fazer face à necessidade de ter permanentemente em Pretória um número anormalmente elevado de oficiais, o Ministro da Defesa emite um despacho com vista à elevação da representação militar na embaixada em Pretória ao nível de missão militar, prevendo-se a inscrição de todos os sete oficiais na lista diplomática.²¹⁵ Contudo, o

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ AHM FO/007/B/44/371/29. Acta da Quarta Reunião da Comissão de Alto Nível ALCORA, 23 de Novembro de 1972. Anexo C – Projecto de Conceito Estratégico Militar para os territórios ALCORA.

²¹¹ AHM FO/007/B/44/374/51. Acta da Quinta Reunião da Comissão de Alto Nível ALCORA, 21 de Junho de 1973. Anexo A – Termos de referência especiais para a Subcomissão de Comando e Controle.

²¹² AHM FO/007/B/44/371/29. Acta da Terceira Reunião da Comissão de Alto Nível ALCORA, 15 de Junho de 1972.

²¹³ AHD do MNE - PAA 960,18 Maço 1140. Telegrama n.º 284 da Embaixada de Portugal em Pretória, 14 de Setembro de 1973.

²¹⁴ AHM FO/007/B/44/375/54. Acta da Sétima Reunião da Comissão de Alto Nível ALCORA, 28 de Junho de 1974.

²¹⁵ O diploma (Decreto-Lei n.º 525/73 de 15 de Outubro de 1973) que previa a possibilidade de criar Missões Militares junto das embaixadas portuguesas havia sido aprovado “curiosamente” poucos dias após a tomada de decisão definitiva de constituir a PAPO em Pretória. A nomeação implicava a publicação em Diário de Governo da nomeação de cada elemento e assinatura do Presidente da República, com toda a “publicidade” daí inerente. AHM FO/007/B/51/394/13. Despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, 3 de Janeiro de 1974.

Embaixador em Pretória, Menezes Rosa, lembrou que se assim fosse, Portugal passaria a ter, de um momento para o outro, a missão militar mais numerosa na RAS, com mais militares que os EUA e Inglaterra e com uma elevada desproporção na representação diplomática, onde os militares passariam a representar dois terços do total do pessoal, podendo estes aspectos colocar em causa o secretismo da aliança ALCORA. Por tudo isto, Menezes Rosa instiga Rui Patrício, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, a inscrever apenas três oficiais na lista diplomática, o que é rejeitado pelo MNE, que argumenta que o acordado entre os Ministros da Defesa da RAS e Portugal era a inscrição de todo o pessoal, para além de que era da opinião de que o facto de se saber que havia militares portugueses na Embaixada não incluídos na missão militar levantaria ainda mais suspeição.²¹⁶ O MNE, perante os argumentos de Menezes Rosa, pede ao MDN que decida qual a solução a adoptar.²¹⁷ A saída apresentada pelo MDN é de compromisso, optando pela inscrição de quatro oficiais na lista diplomática, sendo que os restantes ficariam de fora mas com estatuto diplomático reconhecido pelos sul-africanos.²¹⁸ Toda esta indecisão mostra não só a cautela com que se agia sempre que o assunto era o “exercício ALCORA”, mas também que este era um processo conduzido dentro do Governo português essencialmente pelo MDN com um substancial alheamento do MNE. De facto, embora tivesse uma ideia do significado deste projecto, só durante uma visita a Moçambique em Maio de 1973 é que terá sido comunicado a Rui Patrício a verdadeira dimensão da aliança e da participação portuguesa.

Após o 25 de Abril de 1974 realizou-se a sétima e última reunião da Comissão de Alto Nível, em que um dos pontos de destaque era saber agora qual o posicionamento de Portugal face ao acordo. Portugal decide continuar com a aliança ALCORA e manifesta mesmo a vontade de organizar a reunião seguinte em Lisboa, mas esta simplesmente não vai realizar-se.²¹⁹ Ficava assim pelo caminho uma aliança que havia trabalhado essencialmente questões de planeamento estratégico e logístico, o que levava alguns responsáveis a considerar que a colaboração tinha ficado aquém das expectativas iniciais, especialmente no plano operacional, apesar dos contornos cada vez mais arrojados que ia tomando desde 1973.

²¹⁶ AHD do MNE – PAA 960,18 1131. Telegrama n.º 22 para a Embaixada de Portugal na Cidade do Cabo, 30 de Janeiro de 1974.

²¹⁷ *Idem*. Apontamento do MNE, 2 de Fevereiro de 1974.

²¹⁸ *Idem*. Ofício n.º 207 do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, 8 de Fevereiro de 1974.

²¹⁹ AHM FO/007/B/44/375/54. *Idem*.

Conclusões

No início de 1965, o Presidente do Conselho Oliveira Salazar afirmava que “os portugueses europeus e africanos – combatemos sem espectáculos e alianças, orgulhosamente sós”.²²⁰ Como salientou Franco Nogueira, esta frase significava que Portugal estava isolado na sua visão sobre África, contudo, terá contribuído para que se criasse a interpretação errada de que Portugal estava totalmente isolado na cena internacional. Como vimos neste trabalho, Portugal não esteve nunca numa posição de total isolamento, efectuando ao longo dos anos sucessivas mudanças e ajustamentos no seu sistema de alianças.

Em finais da década de 50, Portugal compreende a inevitabilidade dos “ventos de mudança” mas não os aceita e, como tal, efectua uma importante mudança na sua estratégia, estabelecendo como prioridade a manutenção das suas possessões coloniais. Contudo, quando procura apoio junto dos seus principais aliados desde o fim da II Guerra Mundial, a Inglaterra e os EUA, estes mostram um grande distanciamento relativamente às opções seguidas por Salazar. A Inglaterra de Macmillan e do pós-Suez já não apoiava Portugal a prosseguir uma política que havia recusado para si, e a administração Eisenhower começa silenciosamente a dar mostras de um distanciamento relativamente ao regime de Salazar. Para o Governo português era o início da confirmação das desconfianças relativas ao pensamento destas duas potências sobre África e os movimentos independentistas.

É então que, de uma forma bastante natural, Portugal inicia a aproximação ao eixo franco-alemão, num processo com semelhanças e particularidades. A aproximação à França tem uma base política e até cultural mais sólida por detrás. A França era também uma potência colonial em África e que estava, na altura, empenhada numa guerra contra-subversiva na Argélia. A abordagem alemã resulta de uma aproximação mais pragmática e que provinha da importância geoestratégica que Portugal tinha, enquanto membro da NATO, para funcionar como base de retaguarda em caso de guerra na Europa Central. O que ambos os casos têm em comum é o facto de a cooperação ter como auge os acordos para o estabelecimento de bases em território português, nomeadamente em Beja e na ilha das Flores. É precisamente durante as negociações desses acordos que Portugal vai aproveitar para maximizar as contrapartidas, com destaque para a aquisição de material de guerra, essencial para a renovação das Forças Armadas que desde 1961 se vêm empenhadas activamente na defesa das possessões coloniais. É essencialmente com o material fornecido pelos dois países que Portugal vai fazer a Guerra Colonial, desde o armamento ligeiro à aviação, das fragatas às viaturas blindadas.

²²⁰ Citado em Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 8.

O ano de 1961 vai ser, neste processo de mudança, a última prova para o regime de Salazar de que não só não pode contar com o apoio militar e político da Inglaterra e dos EUA, como ainda encontra nestes uma voz crítica à sua política, nomeadamente com as posições adoptadas inicialmente pela administração Kennedy, criando ressentimentos nos políticos portugueses com consequências imediatas nas negociações da Base das Lages e com consequências futuras na posição portuguesa perante os responsáveis ingleses durante a crise provocada pela DUI da Rodésia.

Durante este período, a RAS acenou frequentemente aos responsáveis portugueses com apoio militar, mas para estes ainda não era necessário recorrer ao apoio de Pretória. Era um apoio inconveniente, uma vez que sua política racial segregacionista constituía um entrave a uma aproximação que poderia condenar qualquer réstia de credibilidade para convencer a comunidade internacional do diferente carácter da solução adoptada nas colónias portuguesas. Em suma, era uma aproximação que trazia mais dúvidas e riscos do que ganhos e, por isso, desnecessária numa altura em que a França e a RFA asseguravam a Portugal o apoio necessário para prosseguir com a sua política colonialista. Apesar disto, o estreitar de laços com a RAS na área económica e comercial vai começando a desenvolver-se nesta altura, não só porque estavam em jogo interesses recíprocos mas também porque a colaboração neste campo não era alvo de uma contestação internacional tão forte, o que levava a que os responsáveis portugueses não colocassem entraves.

A segunda inflexão de apoios que Portugal enceta neste período ocorre durante a segunda metade da década de 60, tendo como momento crucial a decisão de Salazar apoiar o Governo de Ian Smith e a sua DUI. Esta decisão de apoio, mesmo que discreto e nunca declarado oficialmente, constituía uma mudança importante da posição de Lisboa relativamente ao regime de Salisbúria, com consequências directas no relacionamento com a RAS. Significava, ao nível imediato, o reconhecimento da inevitabilidade da manutenção do regime branco da Rodésia como garantia de estabilidade da situação em Moçambique. No fundo, era a constatação da inevitabilidade da aproximação aos dois regimes segregacionistas da África Austral como a opção possível para a manutenção de Angola e Moçambique enquanto partes integrantes de Portugal.

É uma opção que, num curto prazo, permite a aproximação da RAS no plano da defesa, após sucessivos esfriamentos das intenções do governo de Pretória. No campo da cooperação na área da defesa com a RAS existem uma série de movimentos concorrentes e que fazem com que este país se torne numa fonte de tecnologia militar e, simultaneamente, apoio às operações no terreno, especialmente em Angola. Em primeiro lugar, temos o alastrar da guerra para junto das fronteiras sul-africanas, nomeadamente após a abertura da frente Leste em Angola e do início da actividade da FRELIMO no distrito de Tete que significava, no caso angolano, uma estreita cooperação entre a UNITA e a SWAPO, o que aumentava o interesse sul-africano no sucesso das operações portuguesas

e que permitia à RAS apoiar facilmente as operações a partir do seu território, quer através do uso de meios aéreos ou mesmo através de operações no terreno dos dois lados da fronteira. Por outro lado, é também nesta altura que as relações com a RFA principalmente, mas também com a França, vão deixar de ser tão produtivas, começando a ser mais difícil a negociação de novas aquisições de material de guerra. No caso alemão, a mudança da conjuntura da Guerra Fria e, conseqüentemente, da estratégia da NATO, vai levar a uma perda da importância do projecto da Base de Beja e da própria cooperação com o regime de Salazar. A França, mesmo no período pós-de Gaulle, não vai nunca deixar de fornecer algum apoio a Portugal, quer político mas também militar, embora não voltando a ter a dimensão que havia atingido na primeira metade da década de 60.

Por isso, quando Pieter Botha vem a Lisboa em Abril de 1967 oferecer aos responsáveis portugueses ajuda para combater os movimentos independentistas, ele não vem afirmar nada de substancialmente diferente do que havia declarado o seu antecessor, Johannes Fouché, no início da década de 60. Mas, decorrente do afastamento franco-alemão e da aproximação ao regime de Ian Smith, a colaboração com Pretória na área da defesa ganhava agora peso. Apesar desta nova abertura, é possível ver que o Governo de Lisboa raramente adoptou uma atitude activa perante a RAS, limitando-se a reagir às propostas do Governo sul-africano. Em suma, quem marcava o ritmo das relações entre Lisboa e Pretória e, em última análise, entre os regimes brancos da África Austral foram sempre os responsáveis sul-africanos.

Desta colaboração salienta-se, para além da cooperação operacional, todo o material de guerra cedido gratuitamente, emprestado ou ainda vendido ao abrigo de financiamento sul-africano, constituindo-se no final da Guerra Colonial como a mais importante fonte de tecnologia militar. E é precisamente da colaboração operacional que nasce o “exercício ALCORA”, a aliança militar de concepção sul-africana, um projecto com um começo bastante ambicioso mas cujos resultados práticos pouco influenciaram a condução da Guerra Colonial. A evolução da dimensão e dos contornos da estrutura ligada à aliança previa alguns passos importantes para os anos de 1974 e 1975, no entanto, a queda do Governo de Marcello Caetano vai provocar, a curto prazo, o fim da aliança. Em última análise, este estreitar de laços na África Austral poderia ser visto como uma solução para garantir a sobrevivência de futuros regimes brancos independentes em Angola ou Moçambique, especialmente se tivermos em mente algumas medidas tomadas pelo Governo de Caetano nos últimos anos.

Por tudo isto, o alinhamento com um país de índole racista e alvo de uma forte contestação internacional e com um Estado cuja independência não era reconhecida oficialmente por nenhum outro, nem mesmo Portugal ou RAS, representou uma opção por uma posição à margem no sistema internacional. Em suma, tratava-se dum recuo para uma posição de onde Portugal não mais sairia até ao 25 de Abril de 1974.

Anexos

Anexo A – Artigo 73º da Carta das NU.....	44
Anexo B – Mapa de Angola.....	45
Anexo C – Mapa de Moçambique.....	46
Anexo D – Lista do material devolvido à RAS após o fim da Guerra Colonial.....	47
Anexo E – Lista de material anexa à Carta do Ministro da Defesa de Portugal ao Ministro da Defesa da RAS, 23 de Fevereiro de 1968.....	54
Anexo F – Lista de material anexa à Carta do Ministro da Defesa de Portugal para o Ministro da Defesa da RAS, Abril de 1973.....	60

Anexo A – Artigo 73º da Carta das NU

(...)

Capítulo XI

Declaração relativa a territórios não autónomos

Artigo 73º

Os membros da Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- b) Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- c) Consolidar a paz e segurança internacionais;
- d) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;
- e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII [Regime internacional de tutela] e XIII [O Conselho de tutela].

(...)

Anexo C - Mapa de Moçambique



Sheet 802418 (A05253) 12/99

Anexo D – Lista do material devolvido à RAS após o fim da Guerra Colonial

LOADS AND GIFTS : METROPOLE APPENDIX A. (Pág.1)

1 Designação do material	2 Quant.	3 Situação do Material					7 Mat. n devolv.	8 OBS.
		4 Doms. ou destruí.	5 Inop.	6 Oper.	7 Inop.	8 Extragem accus		
LOANS								
a. <u>Op. SCAPULA</u>								
1. Panhard Armoured Cars (20 in total)	7			7				
2. Mk 4/60 Blind Armoured Cars (29 in total)	8			8				
GIFTS								
a. <u>Op. CADIS/AYRAGIO:1969</u>								
1. (Port code word: Op. Victor 1).								
1. 27 Back pack parachute Mk 4	27			27				FA
2. 10 Back pack parachute	10			10				FA
3. 3 Life raft for 6 persons	3			3				FA
4. 28 Radio set C12 plus spares	28				28		28	FA
5. 1 Push communication vehicle HP/VHF/FM	1					1		1 FA
6. 20 Electrical generator 1.5KVA plus spares	20				20			10 no Guiné 9 em Timor e 1 em Cabo Verde
7. 4 Welder engine driver 215 wap plus spares	4				4			1 em Timor
8. 15 Machine Gun, 50 mm M2B with tripod	15				15		15	Marinha
9. 1 Fork lift Truck 2-4 Tcr.	1				1			FA
b. <u>Op. CADIS : 1973</u>								
(Port code word: Op. Elno 1)								
1. 95 Tents GS 16' x 16'	95				95			
2. 1280 Sleeping Bags	1.255				1.255			Não foram recebidas 1280

LOADS AND GIFTS : METROPOLE APPENDIX A. (Pág.2)

1 Designação do material	2 Quant.	3 Situação do Material				7 Mat. n devolv.	8 OBS.
		4 Doms. ou destruí.	5 Inop.	6 Oper.	7 Inop.		
b. Op. CADIS : 1973							
(Port code word: Op. Elno 1)							
3. 30 Rifle 7,62mm FN Heavy Barrel complete	30				30		30
4. 15 000 Round, 40mm, 60 cal HE, fused 255	15.000				15.000		15.000
5. 7 500 Mortar Bomb, 60mm, M1157, fused V19 PL	7.500	450			7.500		7.000
6. 15 000 Mortar Bomb, 60mm, HE w/1, fused V9	15.000				15.000		15.000
7. 3 750x8,8cm ammunition, complete	3.750				3.750		3.750
8. 5 000x14 cm ammunition, complete	5.000	15			4.985		4.985
9. 65 Detectors, mine, M70 j	65						
10. 305 x 250lb A/S beams, complete	305	305					

Description of Equipment	Quantity	State of Equipment					Equipment to be Returned	Remarks
		Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)	Lost in Action		
LOANS								
a. <u>OF SCAPULA</u>								
1 - Penhard Armoured Cars (26 in total) - (17)	17	4			13		13	Penhard L1304 (Doc 1434)
2 - Mc 4/60 Eland Armoured Cars (29 in total) - (12)	12			6	6		12	Mc 4/60 L1304 (Doc 1434) 12 L1304 or L1304 1100 L1304 or L1304 1100
3 - 4 Mc 5/60 Eland Armoured Cars	4			4			4	
4 - 100 TR 28c radio sets	100						100	
GIFTS								
a. <u>OF OASIS/ANDAGIO: 1969 (Part code word : <u>OF VICTOR 1</u>)</u>								
1 - 7 Aircraft Harvard T-6 plus spares	7			7				7 Aircraft Harvard T-6
2 - 5 Aircraft Cessna 185-A	5						5	5 Aircraft Cessna 185-A
3 - 10 Back pack parachute Mk 4	19		19					10 Back pack parachute Mk 4
4 - 20 Seat pack parachute	22		22					20 Seat pack parachute
5 - 3 Life raft for 6 persons	3		2			1		3 Life raft for 6 persons
6 - 2 Amplifier 24/28 volt and tape recorder plus spares.	2		1			1		2 Amplifier 24/28 volt and tape recorder plus spares.
7 - 7 Radio set C42 plus spares	7		7					7 Radio set C42 plus spares

Description of Equipment	Quantity	State of Equipment					Equipment to be Returned	Remarks
		Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)	Lost in Action		
8 - 1 Punch communication vehicle HE/VHF/FM	1		1					1 Punch communication vehicle HE/VHF/FM
9 - 50 Electrical generator 15 KVA plus spares	50			25	25			50 Electrical generator 15 KVA plus spares
10 - 6 Welder engine driven 275 amp plus spares	6			6				6 Welder engine driven 275 amp plus spares
11 - 5 Machine Gun, 50 inch M38H with tripod	5			5				5 Machine Gun, 50 inch M38H with tripod
b. <u>OF SCAPULA</u> : 1970								
1 - 6 M38 I mine detectors	6		6					6 M38 I mine detectors
c. <u>OF BABAT</u> : 1971								
1 - 10 D7 Caterpillar tractors each complete with bulldozer, 13 ft Rome harrows and box tools, plus spares.	10			5	5			10 D7 Caterpillar tractors each complete with bulldozer, 13 ft Rome harrows and box tools, plus spares.
2 - 26 Wheeled tractors, Massey Ferguson Model 165 diesel c/w spares and accessories.	26			26				26 Wheeled tractors, Massey Ferguson Model 165 diesel c/w spares and accessories.
3 - 26 5 ton tipping trailers (with axles)	26			26				26 5 ton tipping trailers (with axles)
4 - 5 Land Rovers, 109", 2 1/4 litre (diesel), cargo, plus spares.	5				5			5 Land Rovers, 109", 2 1/4 litre (diesel), cargo, plus spares.

TOP SECRET

3.

1 Description of Equipment	2 Quantity	3 State of Equipment				7 Lost in Action	8 Equipment to be Returned	9 Remarks
		Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)			
5 ✓ 5 Land Rover, 109", 2 1/4 litre (diesel), personnel, plus spares	5				5			
6 ✓ 3 Motorised grip-sawyers	3			3				4 (Dec 1434)
7 ✓ 1 Bongioanni hand mill, plus spares	1			1				4 (Dec 1434)
8 ✓ 36 Toyota model BA 115 (diesel) (tipper lorries, plus spares c. <u>OP HANAT</u> : 1971	36		2	34				
9 ✓ 50 Toyota model DA 115 (diesel) cargo lorries, plus spares d. <u>OP QUINT</u> : 1972 (Port code word : OP Bartoloneu II)	50		7	43				
1 ✓ 66 Mortar 60mm, w/o sight or triggers	66			60		5	60	4410 (Dec 1414)
2 ✓ 22 Kits for peripheral illumination	22		22					
3 ✓ 22 Katadyn water filters type KPT, plus spares	22			22				
4 ✓ 110 Katadyn water filters type PF, plus spares	110		50	60				
5 ✓ 110 TR 28B2 radio sets, plus spares	110			109		1	109	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
6 ✓ 30 TR 15L radio sets, plus spares	30			30			30	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
7 ✓ 14 TR 15A radio sets, plus spares	14			14			14	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
8 ✓ 22 2 KVA generators, plus spares	22		22					
9 ✓ 22 Motor pumps with hose 10/12 HP	22		22					
10 ✓ 3652 Air Mattresses (roll up in boxes)	3,652		3,652					

TOP SECRET

NO CAN BIQUE

TOP SECRET

4.

1 Description of Equipment	2 Quantity	3 State of Equipment				7 Lost in Action	8 Equipment to be Returned	9 Remarks
		Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)			
11 ✓ 264 Lamp pressure hurricane, base	264		264					
12 ✓ 38 Auto freezers, paraffin	38		38					
14 ✓ 735 Tents GS 15' x 15'	735		735					
15 ✓ 95 Bedford lorries, pers/cargo, plus spares e. <u>OP GANTZ</u> : 1973 (Port code word : OP ELNO 1)	95	9		46	40		82	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
1 ✓ 75 Tents GS 16' x 16'	75		75					
2 ✓ 3060 Sleeping Bags	3,060		3,060	1,000			1,000	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
3 ✓ 40 Deep freezers, 620 litre, 220v (4000 refrigerators)	40		2	32			32	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
4 ✓ 60 Rifle 7,62mm FN Heavy Barrel, complete	60			54		6	54	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
5 ✓ 5000 Round, 40mm, 60 cal HE, fuzed 255	5,000						5,000	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
6 ✓ 10000 Mortar Bomb, 81mm, HE M57, fuzed V19 FA	10,000						10,000	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
7 ✓ 20000 Mortar Bomb, 60mm, HE M61, fuzed V9	20,000						20,000	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
8 ✓ 15000 8,0cm ammunition, complete	15,000						15,000	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
9 ✓ 5000 14cm ammunition, complete	5,000						5,000	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)
10 ✓ 130 Detectors, mine, MMDJ	130		20	110			110	4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434) 4410 (Dec 1434)

TOP SECRET

NO CAN BIQUE

TOP SECRET

5.

1	2	3 State of Equipment					4	5
		6	7	8	9	10		
Description of Equipment	Quantity	Equipment to be Returned	Remarks					
FAP 11 ✓ 600 250lb w/c bombs, complete	600	600					See 1434	
4. <u>SP FORSEL</u> : 1973								
N 1 ✓ 1 Land Rover, A100								
N 2 5 Field Kitchens, complete with gas cylinders								
N 3 250 Sleeping Bags								
X 4 ✓ 200 7,62mm rifles							Take a component for inventory in 6. CORREL due on 2nd/10 (Doc 1414)	
N 5 ✓ 50 .38 inch revolvers								
X 6 ✓ 25 7,62mm LMG MAG								
N 7 40 Projector Cartridge Signal 15mm								
X B 15 60mm Mortar Barrels w/o sights or triggers								
X 9 ✓ 10 81mm Mortars								
X 10 600 R-1 rifle magazines								
N 11 ✓ 1000 000 7,62mm ball ammunition								
N 12 ✓ 50 000 .38 inch ball ammunition								
N 13 ✓ 100 Grenade Rifle, HE, No 103								
X 14 ✓ 2000 60mm Mortar, HE								
X 15 ✓ 50 60mm Mortar, Practice								

TOP SECRET

MOCAMBIQUE

TOP SECRET

7.

1	2	3 State of Equipment					4	5
		6	7	8	9	10		
Description of Equipment	Quantity	Equipment to be Returned	Remarks					
<u>GIPTS</u>								
a. <u>OF. CASIS/ANESGIC</u> : 1969 (Port code word: Op Victor 1)								
FAP 1 ✓ 53 Aircraft Harvard T-6 plus spares	53	53					53	See 1434
FAP 2 ✓ 24 Back pack parachute ME 4	24	24						
N 3 ✓ 16 Seat pack parachute	16	16						
FAP 4 ✓ 10 Racal RA 17L with SSB adapter RA 636	10			10			10	
FAP 5 ✓ 12 Radio set A60 E/R VHF/VV plus spares	12	12		12			12	
FAP 6 ✓ 24 Radio set C11/R210 HF/VV plus spares	24	6		1			18	See 1434
FAP 7 ✓ 15 Radio set C48 plus spares	15	5		10			10	See 1434
FAP 8 ✓ 6 TAC-14 Communication trucks	6		2	2	2		4	
FAP 9 ✓ 2 Punch communication vehicle HF/VHF/VV	2				2		2	
FAP 10 ✓ 2 Aerial source (F24-XI, 3cm)	2				2		2	

TOP SECRET

ANGOLA

TOP SECRET

EME

Expl. 9

1	2	3 4 5 6 7					8	9
		State of Equipment						
Description of Equipment	Quantity	Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)	Lost in Action	Equipment to be Returned	Remarks
16 100 Augmenting cartridges								
17 U 1000 81mm Mortars, HE								
18 V 50 81mm Mortar, Practice								
19 100 Augmenting cartridges								
20 400 Cartridges signal 15mm, Mod 61, sets								
21 50 Jerry cans, water								
22 100 Jerry cans, petrol								

MOZAMBIQUE

TOP SECRET

APPENDIX B

LOANS AND GIFTS - ANGOLA

1	2	3 4 5 6 7					8	9
		State of Equipment						
Description of Equipment	Quantity	Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)	Lost in Action	Equipment to be Returned	Remarks
LOANS								
a. CP SCAPULA								
1 9 Panhard Armoured Cars (26 in total)	5			4	1		5	} Points - est. en fin de det. 70-
2 9 MK 4/60 Eland Armoured Cars (29 in total)	9			5	4		9	
3 Alouette III Helicopters	3							30 ⁺ Alouettes (Det. 2413)
4 8 Bedford lorries	8					8	8	20 Alouettes 20000 (Det. 2413)
5 100 TR 20C radio sets	100			100			100	
b. CP SIGAR : 1971 (Port code word: CP. VICTOR II)								
1 120 Bedford lorries	120		5	63	52		120	62 ⁺ Bedford lorries (Det. 2413)
2 176 Land Rovers	176		7	80	89		176	64 ⁺ Land Rovers (Det. 2413) 88 ⁺ Land Rovers
c. Operational Logistic Aid by 1 MB								
1 8 Bedford vehicles	8	2			6		6	Alouettes - 10000 (sets)
2 6 Land Rovers	6			2	4		6	
3 5 Tents, 45' x 15'	5		5					
4 3 Tents, 16' x 16'	3		3					
5 1 Radio MWH 2 A TX/RX complete	1					1	1	

ANGOLA

1	2	3				7	8	9
		State of Equipment						
Description of Equipment	Quantity	Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)	Lost in Action	Equipment to be Returned	Remarks
N - RFP 11 ✓ 2 Prismatic sight for aerial photo	2				2			
12 ✓ 130 Electrical generator 15 KVA plus spares	130		1	13	116		130	119 destroyed in transport (Dec 14/52)
13 ✓ 6 Welder engine driven 275 amp plus spares	6							Not destroyed (Dec 14/52) 7 destroyed + 1 destroyed
14 ✓ OP SCARPA : 1970 6 MMD 1 mine detectors	6			4	2		6	1 destroyed + 1 destroyed (Dec 14/52) destroyed in transport 2 destroyed in transport
15 ✓ OP CIGER : 1971 (Port code word : OP VICTOR II)								
N - 16 ✓ 450 Tents 65-15'x13'	450		450					
17 ✓ 468 Lamp pressure hurricane-kern	468		28	440			440	includes L 1000 (Dec 14/52)
18 ✓ 44 15 KVA 330V AC mounted generators	44			10	34		44	31 destroyed in transport + 13 destroyed
19 ✓ 34 7.5 KVA single phase, mounted generators	34		1	6	47		54	47 destroyed in transport (Dec 14/52)
20 ✓ 18 Rubber tanks 1500 litres								
21 ✓ 72 Rubber tanks 500 litres								
22 ✓ 108 Motor pumps with hose, 10/12 HP	108	1	2	10	23		33	21 destroyed in transport (Dec 14/52) - 21
23 ✓ 252 Mc Culloch 24" mechanical saws (H.D. - 2000)	252		1	104	147		252	116 destroyed in transport (Dec 14/52)

ANGOLA

1	2	3				7	8	9
		State of Equipment						
Description of Equipment	Quantity	Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)	Lost in Action	Equipment to be Returned	Remarks
23 ✓ 90 Battery recharger, portable, HONDA plus spares	90		5	75	10		85	40 destroyed in transport (Dec 14/52)
24 ✓ OP CADIZ : 1973 (Port code word: OP ELMO 1)								
N - 25 ✓ 90 Tents 65-16'x16'	90	90						
26 ✓ 3050 Sleeping Bags	2 720						2 720	Not destroyed 2719 - 300 destroyed RFP
27 ✓ 40 Deep freezers, 620 litres, 220V (4 on complete)	40			40			40	4 destroyed (Dec 14/52)
28 ✓ 60 Rifle 7.62mm FN Heavy Barrel, complete	60			60			60	destroyed in transport (Dec 14/52)
29 ✓ 5000 Round, 40mm, 60 cal HE, fused 255	5 000			5 000			5 000	Dec 14/52 destroyed in transport - 2 destroyed in transport
30 ✓ 7500 Mortar Bomb, 81mm, HE M57, fused V19 PA	7 500			7 500			7 500	
31 ✓ 15000 Mortar Bomb, 60mm, HE M61, fused V5	15 000			15 000			15 000	12000 destroyed
32 ✓ 6250 8.8cm ammunition, complete	6 250	6 000		250			250	
33 ✓ 45 Detectors, mine, MMD 3	45			45			45	destroyed in transport (Dec 14/52)
RFP 34 ✓ 1130 500 lb A/C bombs, complete	1 130	730		400			400	
RFP 35 ✓ 300 250 lb A/C bombs, complete	300	100		100			100	

TOP SECRET

ANGOLA

Description of Equipment	Quantity	State of Equipment				Equipment to be Returned	Remarks
		Consumed or Destroyed	Unrecoverable (Beyond Repair)	Serviceable	Unserviceable (Repairable)		
9 ✓ 252 Covers waterproof 24x16'	21	248				4	
10 ✓ 87 Isothermic boxes fibreglass	82	44		38		38	
11 ✓ 8 Containers food/Liquids - 5 litres	0		8				
12 ✓ 60 Auto freezers 8 cub ft	90		90				
13 ✓ 3600 Trays cafeteria, 5/8 with 2 cups	3 600		178	3 422		3 422	see USBOA (ack)
14 ✓ 400 Bedsteads camp folding	400		150	250		250	
15 ✓ 3600 Bags sleeping quilted with valise	3 600	1 600		2 000		2 000	
16 ✓ 90 Cookers field gas 75 mm	90		35	55		55	see USBOA (ack)
17 ✓ 1224 Containers plastic water 5 gallo	1 208	1 208				46	
18 ✓ 48 Type KPT water filters	48		14	4		4	
19 ✓ 90 Type PY water filters	90		7	83		83	
20 ✓ 36 Type TRK water filters	36		1	25		29	see USBOA (Dec 1977)
21 ✓ 270 E/R TR 2880 radio sets plus spares	270			270			12 July 77 memo de Macintosh
22 ✓ 71 E/R FR 15L radio sets plus spares	71			70		1	Apr 77 a certain date the USBOA (Dec 1977) see for more information

Anexo E – Lista de material anexa à Carta do Ministro da Defesa Português ao Ministro da Defesa da RAS, 23 de Fevereiro de 1968.

SECRETO 23FEV69

MATERIAIS A OBTER NA R.ÁFRICA DO SUL - LISTA "A" Folha 1 de 10 folhas

Artigo Número	Designação / Name		Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos			
	Português	English	1ª Prior.	2ª Prior.		Unit	Total	1ª Prior.	2ª Prior.
1	Tractor Dozer lagarta D8	Bulldozer D8, track type	12	-	Ex. 2, Est. Ang. 8, Est. Moç. 2	2 500	30 000	-	-
2	Tractor Dozer lagarta D7	Bulldozer D7, track type	47	4	Ex. 16+4, Est. Ang. 4, FA7, Ald. 20	1 400	65 800	5 600	-
3	Tractor Dozer lagarta D6c	Bulldozer D6, track type	32	6	Ex. 24+6, Est. Moç. 2, Ald. 6	1 100	35 200	6 600	-
4	Tractor Dozer lagarta D5	Bulldozer D5, track type	6	-	Ex. 4, Est. Moç. 2	600	3 600	-	-
5	Tractor Dozer de rodas	Wheeled Dozer	12	3	Ex.	300	9 600	2 400	-
6	Motor Scraper	Motor Scraper	27	-	Ex. 3, Est. Moç. 6, Ald. 6, Est. Ang. 2	2 000	54 000	-	-
7	Scraper rebecado	Scraper	13	-	Ex. 6, FA7	300	3 900	-	-
8	Camiónes basculantes 7 ton.	Dumping truck 7 ton.	353	100	Ex. 300+100, FA. 9, Est. Moç. 20, Int. Ang. 24	500	105 900	30 000	-
9	Camiónes basculantes 10 ton.	Dumping truck 10 ton.	8	-	FA.	400	3 200	-	-
10	Camiónes basculantes 25 ton.	Dumping truck 25 ton (Euclid type)	30	20	Ex.	1 000	30 000	20 000	-
11	Auto escavadora com pa frontal	Hydraulic excavator	12	-	Ex.	600	7 200	-	-
12	Pa carregadora de rodas	Traxcavators, tractor shovel	41	5	Ex. 22+5, FA5, Est. Moç. 6, Est. Ang. 4, Ald. 4	600	24 600	3 000	-
13	Grua de camião de lagarta	Crane with track mounting	12	-	Ex.	300	3 600	-	-
14	Auto niveladora	Motor grader	49	6	Ex. 26+6, FA4, Est. Moç. 5, Est. Ang. 8, Ald. 6	700	34 300	4 200	-
15	Cilindro compactador	Vibrating roller	31	5	Ex. 15+5, FA5, Est. Moç. 3, Est. Ang. 6	300	9 300	1 500	-
16	Cilindro de prensa	Tyre roller	15	-	Ex. 8, FA5, Est. Ang. 2	300	4 300	-	-
17	Cilindro de pés de carneiro	Sheep feet cylinder	14	-	FA. 5, Ex. 9	300	4 300	-	-
18	Equipamento de estabilização de solos	Soil stabilization equipment	5	-	Ex.	700	3 500	-	-
19	Tractor tipo agrícola 40 HP	Wheeled tractor 40 HP with grass cutter	24	-	Ex. 14, FA. 10	100	2 400	-	-
20	Equipamento de britagem	Crushing equipment	15	5	Ex. 15+5	100	1 500	500	-
21	Compressor	Air Compressor	26	6	Ex.	120	3 120	720	-
22	Auto guindaste	Truck crane	4	-	Ex. 4	300	1 200	-	-
23	Auto guindaste 15 ton (para avião)	Truck crane 15 ton (aircraft hoisting)	7	-	FA.	900	6 300	-	-
24	Grupo Gerador 10 KVA	Electrical Generator 10KVA	197	48	Ex.	80	12 720	2 880	-
25	Grupo Gerador 25 KVA	Electrical Generator 25KVA	250	60	Ex.	80	20 000	4 800	-
26	Grupo Gerador 50KVA	Electrical Generator 50KVA	9	-	Ex.	120	1 080	-	-
27	Grupo Gerador 300KVA-220V-50cps	Electrical Generator 300KVA-220V - 50 cps	12	-	FA.	1 000	12 000	-	-
28	Grupo de soldadura de 300Amp.	Welder, 300 amp	16	-	Ex.	100	1 600	-	-
29	Maeta cargas-empilhador	Fork lift truck	10	3	Ex.	80	800	240	-
30	Maeta cargas-empilhador	Fork lift truck 2 to 4 ton.	28	-	FA	300	8 400	-	-

SECRETO 23FEV69

MATERIAIS A OBTER NA R.ÁFRICA DO SUL - LISTA "A" Folha 2 de 10 folhas

Artigo Número	Designação / Name		Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos			
	Português	English	1ª Prior.	2ª Prior.		Unit	Total	1ª Prior.	2ª Prior.
31	Dumper	Dumper	7	-	FA.	70	490	-	-
32	Moto serra individual	Chain saw	700	200	Ex.	5	5 500	1 000	-
33	Charriot	Saw-will	4	-	Ex.	250	1 000	-	-
34	Grades de bicos tipo "Rome"	Horrows - "Rome" type	9	-	Ald	700	1 800	-	-
35	Tractor e plataforma de caixa baixa	Tractor and trailer low bed 30ton	23	5	Ex. 14+5, FA2, Est. Ang. 4, Est. Moç. 3	600	13 800	3 000	-
36	Camião de transporte para D7	Truck for tractor D7	8	2	Ex.	800	6 400	1 600	-
37	Auto-tanque de 5 000 litros	Tanker truck for 5 000 litres	35	5	Ex. 20+5, FA2, Est. Ang. 8, Est. Moç. 5	300	10 500	1 500	-
38	Bate-estaca	Pile-driver	3	-	Ex.	500	1 800	-	-
39	Moto-bomba 4 HP	Engine pumps, 4 HP	370	80	Ex.	6	2 220	480	-
40	Moto-bomba 10 HP	Engine pumps, 10 HP	90	20	Ex.	15	1 350	300	-
41	Sobressalentes para material de Engenharia acima	Spare parts for Eng. material above	-	-	Ex., FA., Est. Ang., Est. Moç., Ald.	-	110 000	19 100	-
42	E/R tipo D RACAL	T/R RACAL TR28B, 25W, 24 channels	2455	600	Ex. 2500+500, Mar. 80, FA70, Est. Ang. 5	48	117 840	28 800	-
43	E/R tipo F RACAL (12V)	T/R RACAL TR422B, 125W, 4 channels 12V	1135	300	Ex. 1100+300, FA. 33, Est. Ang. 2	48	54 480	14 400	-
44	Grupo de carga de baterias	Charging Unit Batteries	300	100	Ex.	9	2 700	900	-
45	Carregador de baterias	Charger of Batteries	50	-	Ex.	9	450	-	-
46	Unidade de carga para baterias alcalinas	Charging unit, alkaline batteries	200	-	Ex.	-	-	-	-
47	Amplificador 24/28V, 250W tipo AEM fabricado por "Applied Electro Mechanics"	Amplifier 24/28V, 250W type AEM 1492/C2 manufactured by "Applied Electro Mechanics"	1	-	FA.	100	100	-	-
	Gravador Philips EL3301 ou equivalente	Tape recorder Philips EL3301 or equivalent	-	-	-	-	-	-	-
	Microfone University MA10 ou equivalente	Microphone "University" MA10 or equivalent	-	-	-	-	-	-	-
	Altfalantes para potência requerida: "University" 1D-60 ou equivalente	Loud-speakers "University" 1D-60 or equivalent	-	-	-	-	-	-	-
48	Receptor SSB de sintonia fixa	Receiver SSB fixed tuning	26	-	FA.	50	1 300	-	-
49	E/R VHF/AM portátil de 2 canais 130-150 mc	Portable TR VHF/AM 2 channels 130-150 mc	12	-	FA.	25	300	-	-
50	E/R VHF/AM 2 canais 15W, 100-156 mc/s	E/R VHF/AM 2 channels 15W 100-156 mc/s	12	-	FA.	25	300	-	-
51	E/R HF/AM	E/R HF/AM	24	-	FA.	50	1 200	-	-
52	VHF/DF portátil	Portable VHF/DF	6	-	FA.	200	1 200	-	-

SECRETO
MATERIAIS A OBTER NA R.ÁFRICA DO SUL - LISTA "A"

Folha 3 de 10 Folhas

Item Number	Designação / Nome		Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos		
	Português	English	1a Prior.	2a Prior.		Unit	Total	1a Prior.
53	Sistema ARA para ajuda a navegação	VHF radio navigation aid ARA system	6	-	FA.	500	3 000	-
54	Viaturas de comunicações c/equipamentos ponto a ponto em SSB, ponto de aeronaves em HF e VHF AM e equipamento VHF para aproximação de aeronaves	Communications truck equipped with point to point SSB, air ground VHF/AM and HF e VHF heading for aircraft approach.	6	-	FA.	1 500	6 000	-
55	Torre móvel equipada com: T/R HF/AM/SSB 3 a 15mc/s 100W 1 T/R VHF/AM 100a150mc/s 20W 2 T/R VHF/FM 24a51.9mc/s 6W 1 T/R HF/AM 225a400mc/s 20W 2	Mobile Tower equipped with: T/R HF/AM/SSB 3 to 15 mc/s 100W 1 T/R VHF/AM 100 to 150 mc/s 20W 2 T/R VHF/FM 24 to 51.9 mc/s 6W 1 T/R HF/AM 225 to 400 mc/s 20W 2	7	-	FA.	1 500	8 500	-
56	Redes portáteis pneumoscandais	Portable Radar Ambushes	17	-	FA.	300	5 400	-
57	Conjuntos portáteis de equipamento de manutenção de rádio de 10 e 20 escalão de equipamentos rádio	Portable workshops for radio equipment maintenance	6	-	FA.	1 000	6 000	-
58	Equipamentos criptográficos ADONIS TSEC-KL7	Code and decode equipment ADONIS TSEC-KL7	50	-	FA.	40	900	-
59	T/R HF SSB 28V 2-30mc/s 400W 1 Kcs espaçamento entre canais	T/R HF SSB-28V-2-30mc/s-400W 1 Kcs spread between channels	58	-	FA.	350	20 300	-
60	Rádio-busca 150-2000Kcs automática espaçamento de 0.5Kcs	Radio-compass, Freq.150-2000Kcs Auto-tuning with 0.5Kcs spread	22	-	FA.	100	2 200	-
61	VOR-LOC tipo 5LR8A	VOR-LOC type 5LR8A	13	-	FA.	90	1 170	-
62	Receptores de "Glides" tipo 5LV-5	Glide receiver type 5LV-5	22	-	FA.	40	880	-
63	Radar de tempo AVQ-10 transistorizado	Weather radar AVQ-10 transistorized	10	-	FA.	500	5 000	-
64	T/R Wilcox 807, 116a150mc/s, 1360 canais c/espaçamento de 25Kcs entre canais	T/R VHF/AM Wilcox 807, 116 to 150 mcs, 1360 channels, 25Kcs spread between channels	18	-	FA.	125	2 250	-
65	VOR/ILS	VOR/ILS	18	-	FA.	100	1 800	-
66	T/R HF SSB-TXC 881F	T/R HF SSB-TXC 881F	10	-	FA.	60	600	-
67	T/R VHF/FM TXC 765	T/R VHF/FM TXC765	50	-	FA.	30	1 500	-
68	RADIO GONIOMETER DF/HY MARCONI DFG 26V	RADIO GONIOMETER DF/HY MARCONI DFG 26V	3	-	Mar.	1 700	5 100	-

SECRETO
MATERIAIS A OBTER NA R.ÁFRICA DO SUL - LISTA "A"

Folha 4 de 10 Folhas

Item Number	Designação / Nome		Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos		
	Português	English	1a Prior.	2a Prior.		Unit	Total	1a Prior.
69	Emissores para perturbação de transmissão	Electronic equipment for jamming	4	2	Ex.	500	2 000	1 000
69	Sobressalentes para equipamentos rádio	Spare parts for radio equipment above			Ex Mar.Fa.		40 000	8 820
70	Receptor 100W c/acess. Obsus 10.5	T/R 100W with fittings	1	-	Ex.	1 500	1 500	-
71	Howitzer 105 mm	Howitzer 105 mm	54	18	Ex. using ammunition american type	900	48 600	16 200
72	Atrelado 2 eixos, 4 a 5 ton.	Trailer cargo 4/5 ton, 4 wheel	100	25	Ex.	50	5 000	1 250
73	Atrelado 3 ton.	Trailer cargo 3 ton, 2 wheel	12	-	FA.	45	340	-
74	Viatura 1/4 ton (GAS)	Truck utility, 1/4 ton, 4x4 (Jeep) G5Jgas	1 645	1 000	Ex. 1500-1000, FA. 121, Mar. 27, Est. Ang. 4	80	131 600	80 000
75	Viaturas 1/4 ton (Diesel)	Truck utility, 1/4 ton 4x4 (Jeep) G5Jdiesel	530	-	Ex. 500, Mar. 30	90	47 700	-
76	Viaturas 1 ton (Daimler)	Truck cargo 4x4 (50% with winch)	518	500	Ex. 500-500, FA. 18	150	77 700	75 000
77	Viaturas 3/4 ton 4x4	Truck cargo 3/4 ton 4x4	49	-	FA. 34, Est. Ang. 15	120	5 980	-
78	Viatura 1.8 ton furgão 4x2	Truck 1.8 ton van 4x2	15	-	FA.		2 770	-
79	Viaturas 3 ton carga 6x6 (Berliet)	Truck 3 ton cargo 6x6 (50% with winch)	3 055	500	Ex. 1000-500, FA. 45, Mar. 10	400	422 000	200 000
80	Viaturas 25.6 ton 4x4 (Berliet)	Truck 6 ton cargo 6x6 or 4x4	323	100	Ex. 500-100, FA. 17, Mar. 6	400	129 600	40 000
81	Viaturas 3 ton carga 4x2	Truck 3 ton cargo 4x2	29	-	FA.		7 250	-
82	Viaturas 12 ton carga 6x6	Truck cargo 12 ton 6x6	125	100	Ex. 100-100, FA. 5, Mar. 20	400	50 000	40 000
83	Viaturas pronto socorro médio	Truck wrecker, medium 5ton 6x6 with winch	20	-	Ex.	1 400	28 000	-
84	Viaturas oficina mecânica auto	Carpentry and shop truck	20	-	Ex.	500	10 000	-
85	Viaturas oficina mecânica auto	Vehicle shop truck	59	-	Ex. 55, FA. 8	800	44 000	-
86	Viaturas oficina de equipamento ligeiro e pesado	Vehicle shop for light and heavy equipment	6	-	Ex.	1 000	6 000	-
87	Atrelado estação de serviço	Service station trailer	50	20	Ex.	30	1 000	-
88	Grupo arranque 28.5V 100/200A	Bat-pat 28.5V, 100/200 Amp.	25	-	FA.	25	500	-
89	Grp. de arranque 28.5V 300/400A	Bat-pat 28.5V, 300/400 Amp.	10	-	FA.	120	1 200	-
90	Grupo arranque 28.5V 800/900A	Bat-pat 28.5V, 800/900 Amp.	10	-	FA.	170	1 700	-
91	Vassouras mecânicas de sucção	Runway vacuum sweeper	9	-	FA.	1 000	9 000	-
92	Ambulâncias com 2 camas 4x2	Ambulance 2 stretcher 4x2	4	-	FA.	200	800	-
93	Ambulâncias c/2 camas 4x4	Ambulance 4 stretcher 4x4	11	-	FA.	200	2 200	-
94	Tractor rebouque aviões 24a ton 4x2	Tractor 4x2, 24a ton draw bar pull	16	-	FA.	135	2 160	-

Item Número	Designação/Nome		Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos		
	Português	English	Is	20		Unit	Total	
			Prior.	Prior.			Is	20
95	Tractor sauradego de 5ton 4x4	Tractor 4x4 with 2 cranes 5 ton	5	-	FA.	380	1 900	-
96	Auto tanque de combustível	6000 ^l aircraft fueler 4 x 2	38	-	FA.	850	32 300	-
97	Atrrelades de combustível 5000 ^l	5000 ^l trailer, aircraft fueler	14	-	FA.	150	2 100	-
98	Carro incêndio de água e espuma 4000 ^l água	Fire fighting truck 4000 ^l water, 400 l foam	10	-	FA.	760	7 600	-
99	Carro incêndio de pó químico, 1500 kg de pó	Dry powder truck 1500kg capacity	5	-	FA.	519	2 579	-
100	Atrrelades 2/2 rodas, extintores de 250 kg	Dry powder trailer 2 wheels 250kg	50	-	FA.	40	2 000	-
101	Atrrelades tanque água 1500 ^l 2 rodas	1500 ^l water trailer, 2 wheels	6	-	FA.	60	240	-
102	Auto TP5	Auto transport for 5 passengers	50	-	FA.	72	3 620	-
103	Auto TP 18/20	Auto transport for 8/10 passeng.	35	-	FA.	72	2 520	-
104	Auto TP 18/20	Auto transport for 18/20 passeng.	41	-	FA.	-	6 390	-
105	Auto TP 40/45	Auto transport for 40/45 passeng.	22	-	FA.	-	8 560	-
106	Atrrelado tanque água 1000 ^l 2 rodas	1000 ^l water trailer, 2 wheels	4	-	FA.	60	240	-
107	Aviões T-6 (Harvard) com IRAN	Aircraft T6 (Harvard) over hauled and equipped for combat if possible	60	-	-	-	-	-
108	Aviões Ispala (AeroMachi) B56	Aircraft Ispala (Aeromachi)	6	-	-	-	-	-
109	Aviões C47 (1 equipado para pulverizar)	Aircraft C47 (one for spraying)	6	-	-	-	-	-
110	Helicópteros ALIII	Helicopters ALLOUETTE III	12	-	-	-	62 400	-
111	Aviões Cessna 337B (Super Skymaster)	Aircraft Cessna 337B or Aeromachi-Lokeed AL6035 or Cessna Model 401 or 402	5	-	-	2 000	10 000	-
112	Auto-matradora AML	AML Panhard reconnaissance vehicle	40	10	-	-	-	-
113	Sobressalentes para material auto	Spare parts for auto material	-	-	-	-	195 000	95 000
114	Cartucho PI-tracejante (4-1), 12,7 mm	Cartridge .50 Piercing Incendiary Tracer M20	250 000	250 000	Ex.	11 800	2 750	2 750

Item Número	Designação / Nome		Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos		
	Português	English	Is	20		Unit	Total	
			Prior.	Prior.			Is	20
115	Cartucho PI 12,7mm	Cartridge .50 Piercing Incendiary T49	350 000	250 000	Ex. 250 000 + 250 000, FA 100000	10800	3 500	2 500
116	Cartucho tracejante 12,7 mm	Cartridge .50 Tracer M1/ME/M17	550 000	250 000	Ex. 250 000 + 250 000, FA 500000	7350	4 125	1 675
117	Granada explosiva morteiro 60mm AML Panhard	Cartridge 60mm HE for AML Panhard mortar	10 000	-	Ex.	260800	2 600	-
118	Granada de fumaça morteiro 81mm	Cartridge 81mm smoke WPMS7al or M370 or M375 (USA)	10 000	-	Ex.	1 888800	18 880	-
119	Granadas iluminantes morteiro 81mm	Cartridge 81mm illuminating M301 al or M301B	11 000	5 000	Ex. 10 000 + 5 000, FA 1000	2 500800	16 500	7 500
120	Granadas de exercício morteiro 81mm	Cartridge 81mm practice (USA)	30 000	-	Ex.	345800	10 350	-
121	Granadas explosivas CSR 106mm	Cartridge 106mm HEAT M744al for rifle M40al or M40alC (USA)	5 000	5 000	Ex.	2 430800	12 150	12 150
122	Granada foguete exp. 89mm	Rocket HE, AT, 3,5 inch	30 000	10 000	De preferência A/P que possa ser usada nos lançadores americanos M20al e M20alB e/restricções para ser usado e/restricções nas lanç. amer. M20al e M20alB	1 000800	30 000	10 000
123	Granada foguete exerc. 89mm	Practice rocket, 3,5 inch	10 000	5 000	"	800800	8 000	4 000
124	Granada foguete fumo 89mm	Smoke rocket WP, 3,5 inch	5 000	-	"	900800	4 500	-
125	Granada explosiva para obus 81,8 mm	Granada HE for ordnance QF-25PRD	30 000	10 000	Ex.	900800	27 000	9 000
126	Esboletas para OB mort. 60 e 81 mm	Fuses for cartridge mortar 60 and 81mm	300 000	-	Ex.	110800	33 000	-
127	Mina A/P Claymore	Anti-personnel land mine Claymore	122 500	-	Ex. 120 000, FA. 2 500	100800	12 250	-
128	Mina A/P e/robustamento electrónico	Anti-personnel mines with electronic bursting device	500	-	FA.	300800	150	-
129	Granada de mão lacrimogénica	Lacrymator (anti-riot) hand grenade	200	-	FA.	100800	20	-
130	Granada iluminante para morteiro de 60mm	Cartridge illuminating for 60mm mortar	100	-	FA.	500800	50	-
131	Granada expl. A/A 40mm	Granada HE for ordnance QF 40mm A/A	80 000	-	Ex. 50 000, Mar. 50 000	400800	32 000	-
132	20mm ADI Oerlikon	Cartridge HEI 20mm Oerlikon	100 000	100 000	Mar.	53800	5 300	5 300
133	20mm ADT Oerlikon	Cartridge HET 20mm Oerlikon	50 000	50 000	Mar.	53800	2 650	2 650

Item Number	Designação / Nome	English	Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos	
			Is Prior.	2a Prior.		Unit	Total
134	20mm BLP Oerlikon	Cartridge practice 20mmOerlikon	20 000	-	Mar.	-	1 060 -
135	Granada 40mm L60 Bofors BLP	Cartridge 40mm L60 Bofors BLP	5 000	-	Mar.	-	1 115 -
136	Granada 101.6/45AE c/espoleta VT	101.6/45 Cartridges HE with VT fuse	1 000	-	Mar.	-	984 -
137	Granada 101.6/45 iluminante	101.6/45 Cartridge illuminating	150	-	Mar.	-	195 -
138	Granada 76/50(USA)AE, VT, c/chama à boca	Cartridge 76/50(USA)HE, VT, with muzzle flame	1 200	-	Mar.	-	2 400 -
139	Granada 76/50(USA)AE, VT, c/chama à boca	Cartridge 76/50(USA)HE, VT, without muzzle flame	500	-	Mar.	-	1 000 -
140	Granada 76/50(USA)AE, perfurante	Cartridge 76/50(USA)HE piercing	400	-	Mar.	-	600 -
141	Motoras fora de bordo 50HP (Mercury)	Outboard engine 50HP(Mercury)	100	-	Mar.	-	1 500 -
142	Motoras fora de bordo 20HP (Mercury)	Outboard engine 20HP(Mercury)	50	-	Mar.	-	500 -
143	Motor Cummins VT-12825R(635HP)	Engine Cummins VT-12825R(635 HP)	4	-	Mar.	-	4 400 -
144	Porta bombas 3-2, 52A, 1/4A ou ALKAN	Bomb racks 32, 52A, 1/4A or ALKAN	300	-	FA.	-	300 -
145	Tubos lança-foguetes 2.75pol.	Rocket launchers for 2.75" rockets	200	-	FA.	-	1 000 -
146	Cabo de 20mm MGL51/rep. e visor	20mm Gun MGL51 with mountry and sight	50	-	FA.	-	11 500 -
147	Motralhadora Browning .50" M2	.50 Machine gun Browning M2	100	-	FA.	-	2 000 -
148	Comando electrónico portátil para disparo de minas	Portable electronic device for firing mines	12	-	FA.	-	120 -
149	Paraquedas de costas a/automático	Backpack parachutes without automatic open	40	-	FA.	-	400 -
150	Paraquedas de costas a/aut.	Backpack parachutes automatic	30	-	FA.	-	420 -
151	Paraquedas de assento a/aut.	Seat pack parachutes without automatic open	50	-	FA.	-	500 -
152	Paraquedas de assento a/aut.	Seat pack parachutes automatic	10	-	FA.	-	140 -
153	Automático pa paraquedas de assento	Automatic system for seat pack parachute	10	-	FA.	-	40 -
154	Automático pa paraquedas de costas	Automatic system for backpack parachute	10	-	FA.	-	40 -

Item Number	Designação / Nome	English	Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos	
			Is Prior.	2a Prior.		Unit	Total
155	Paraquedas EP4672 pártropas para	Parachute EP4672 for paratroops	200	-	FA.	-	1 400 -
156	Paraquedas de carga até 80kg	Cargo parachutes up to 80kg	160	-	FA.	-	320 -
157	Paraquedas de carga até 160kg	Cargo parachutes up to 160kg	80	-	FA.	-	240 -
158	Barco de borracha individual	Individual life raft (dinghy)	20	-	FA.	-	80 -
159	Barco de borracha para 6 pessoas	Life raft for 6 people	5	-	FA.	-	160 -
160	Barco de borracha para 7 pessoas	Life raft for 7 people	10	-	FA.	-	350 -
161	Capacete de voo HGU-24/P(aviões de reacção)	Flying helmet HGU-24/P	50	-	FA.	-	350 -
162	Capacete de voo HGU-7P(aviões convencionais)	Flying helmet HGU-7P	50	-	FA.	-	50 -
163	Coletes salva vidas LPU-57P (passageiros)	Life vest LPU-57P	200	-	FA.	-	300 -
164	Coletes salva vidas LPU-10/P (tripulantes)	Life vest LPU-10/P	100	-	FA.	-	100 -
165	Coletes salva vidas HD-1 (crianças)	Life vest HD-1	30	-	FA.	-	45 -
166	Patas anti g tipo CSU-3/P	Anti G suit type CSU-3/P	50	-	FA.	-	85 -
167	Coletes anti-bala para helicóptero	Bullet proof waistcoat for helicopter crew	200	-	FA.	-	500 -
168	Cartuchos de 20mm explosivo para canhão	Cartridge 20mm HE for MGL51gun	70 000	-	FA.	-	7 950 -
169	Elas para cartuchos 7.7mm	Cartridge links 7.7mm	200 000	-	FA.	-	1 500 -
170	Elas para cartuchos de 20mm	Cartridge links 20mm	30 000	-	FA.	-	150 -
171	Foguetes 2.75" (A/P FB)	Rockets 2.75" (A/P FB)	10 000	-	FA.	-	30 000 -
172	Foguetes fumígenos de 70mm	Smoke rockets 70mm	1 000	-	FA.	-	1 148 -
173	Bombas FG 250lbs e respectivas espoletas	GP Bomb 250 pound with fuse	8 000	-	FA.	-	40 000 -
173	Bombas FG 750lbs e respectivas espoletas	GP Bomb 750pound with fuse	3 000	-	FA.	-	30 000 -
174	Bombas fumígenas de 15kg e espoletas	Smoke bomb 15 kg or equivalent with fuse	8 000	-	FA.	-	6 507 -
175	Bombas iluminantes (90.000 velas)	Illuminant bomb (90.000candle)	1 000	-	FA.	-	2 500 -
176	Redes para	Net	200000	-	FA.	-	2 996 -
177	Redes para de retenção BEFAB tipo SAFE LAND pa avião PIAT 891 (Suecia)	Net arresting gear SAFE LAND type BEFAB for Fiat 891(Swedish make)	6 par	-	FA.	-	11 100 -

Item Number	Designação / Nome	English	Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos		
			1ª Prior.	2ª Prior.		Unit	1ª Prior.	2ª Prior.
178	Hq. Fotográficas completas com 20/30cm de dist.focal	Aerial photo cameras 20 to 30 cm focal length	2	-	FA.	-	60	-
179	Vidros prismaticos	Prismatic sight for aerial photo	2	-	FA.	-	40	-
180	Unidade de cineangia	Cineangio unit	1	-	Ex. medicina	-	900	-
181	Unidade de cuidados intensivos	Intensive care unit	1	-	"	-	600	-
182	Unidade de encefalografia	Encephalography unit	1	-	"	75	250	-
183	Equip. de otomastologia	Dental care set	6	-	"	-	450	-
184	Estajo de broncoscopia c/luz fria	Set for bronchoscopy with cold light	2	-	"	70	140	-
185	Filtro tipo KAYADYNE individual	Filter Kayadyns type individual	500	-	"	1	500	-
186	Leito hospitalar	Hospital bed	1000	-	"	900000	900	-
187	Cabinete de radiologia 500.000A	Radiology cabinet 500.000AMP	2	-	"	1 000	2 000	-
188	Aparelho para respiração artificial ENGSTRON	Assisted breathing device type ENGSTRON	1	-	"	150	150	-
189	Colchões de espuma	Rum matress	30 000	20 000	Ex.	400000	12 000	8 000
190	Colchões prismaticos	Pneumatic matress	15 400	5 000	Ex. 15 000+5 000, FA.400	600000	9 240	3 000
191	Sacos de dormir	Sleeping bags	800	-	FA	400000	350	-
192	Armario congelador electrico 250 l/min	Electrical freezer 250 lmin.	30	-	Ex	2000000	455	-
193	Arca congeladora a petróleo 225 l/min.	Deep freezing chest 224 liter (Kerosene)	287	225	Ex.	1200000	3 444	2 712
194	Arca congeladora electrica 300 liter	Deep freezing chest 300 liter	96	6	Ex.	10000000	960	60
195	Caixa isotermica 40Kg/avião	Isothermal box 40Kg for aircraft	127	50	Ex.	2230000	284	112
196	Caixa isotermica 70Kg	Isothermal box 70Kg	599	2	Ex.	2820000	1 456	6
197	Câmara frigorifica desmontavel de 8 a 10m3	Ready assembly cold storage chamber 8 to 10 cu meter cap.	15	8	Ex.	100	1 500	800
198	Frigorifico electrico 280 litros/minimo	Electrical freezer 280 litres minimum	126	-	Ex	6600000	831	-
199	Frigorifico a petróleo 280 litros minimo	Kerosene freezer 280 litres minimum	298	-	Ex.	11200000	3 278	-
200	Máquina de fabrico de gelo 500Kg/hora	Ice making machine for 500Kg/hour	14	10	Ex.	75000000	1 050	750

Item Number	Designação / Nome	English	Quantidade		Observações/Remarks	Preço estimado em contos		
			1ª Prior.	2ª Prior.		Unit	1ª Prior.	2ª Prior.
201	Colectão de ferramenta de mecânica de frio	Set of tools for freezing mechanics	22	-	Ex.	35 000	770	-
202	Sobressalentes para material de Intendência	Spare parts for cooling devices	-	-	Ex.	-	2 800	100
203	Material de pontes, viza de perfil normal	Metallic spar for bridging. Normal cross sect.	-	-	Ex.	-	4 000	-
204	Material de pontes. Tube ARICO	ARICO tube for bridges	-	-	Ex.	-	6 000	-
205	Barracas metálicas desmontaveis	Pre-fabricated metallic houses	-	-	Ex.	-	7 500	-
206	Estruturas metálicas pre-fabr. para esquarteios.	Pre-fabricated structures for barracks, metallic	-	-	Ex.	-	50 000	50 000
207	Barracas de campanha	Tents	50	-	Est. Ang.	20	1 000	-
208	Foguetes RBH 37 mm	Rockets 37 mm (RBH)	50 000	-	FA.	-	18 905	-
209	Bombas incendiárias 750 lbs. e respectivas espoletas	Incendiary bombs 750 lbs and pertinent fuses	5 000	-	FA.	-	10 000	-
210	Metalhadoras MK21 7.62 mm	Machine gun MK21 7.62 mm	470	-	FA.170, Mar.300	-	4 418	-
211	Metalhadora penada binada Browning 12.7 mm	Machine gun Browning .50 in twin mount	20	-	Mar	-	1 000	-
212	Sobressalentes para as aeronaves mencionadas em 107, 108, 109, 110, 111 acima	Spare parts for aircraft listed under items 107, 108, 109, 110, 111 above	-	-	FA.	-	-	-
213	Sobressalentes para aeronaves ALIII, C47, DO27, AUSTER, PV2, MORMATLAS, C45 e motores	Spare parts for ALIII, C47, DO27, PV2, AUSTER, MORMATLAS and C45 aircraft and their engines	-	-	FA.	-	-	-
TOTAL							2 865 003	833 893

Abreviaturas: Ex. Exército; FA. Força Aérea; Mar. Marinha; Est. Ang. Junta Autónoma das Estradas de Angola; Est. Moç. Junta Autónoma das Estradas de Moçambique; AIA. Plano de Aldeamentos de Angola e Moçambique.

ALGUNS EMPREENDIMENTOS A REALIZAR EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE
DE INTERESSE PARA A AÇÃO CONTRA-SUBVERSIVA

Artº Número Item Number	Designação / Nome	
	Portuguesa	English
1	Construção de um Aeródromo-Base em Serra Pinto (Angola)	Building of an Air Base (small) at Serra Pinto (Angola)
2	Construção de quartelamentos em Angola e Moçambique (materiais ligeiros)	Building of Barracks in Angola and Mozambique (light materials)
3	Aldeamentos para as populações no Leste e SE de Angola e no Norte de Moçambique	Resettlement villages for the population of East and SE Angola and North of Mozambique
4	Manutenção de 1 Batalhão no SE de Angola	Support and Maintenance of a Battalion in SE Angola
5	Fornecimento de sobressalentes e acessórios de material de guerra e equipamento	Supply of spare parts for war material and equipments.
6	Fornecimento de sobressalentes e acessórios de aeronaves	Supply of spare parts for aircraft
7	Construção de pistas para aviões	Building of landing strips
8	Construção de estradas no SE de Angola e no Norte e Oeste de Moçambique (mão de obra, pontes, etc)	Building of roads in SE Angola and North and W Mozambique (manpower, bridges, etc)
9	Manutenção e reparação de fragatas e corvetas da Armada em águas de Angola e Moçambique durante um período de 3 anos.	Maintenance and repair of Navy's Frigates and Corvettes operating in Angola and Mozambique waters, during three years
10	Revisão geral de ALLIII, C47, DO27, AUSTER, PV2, BORDATLAS, C45 e respectivos motores	Overhaul of ALLIII, C47, DO27, AUSTER, PV2, BORDATLAS, C45 and their engines

Anexo F – Lista de material anexa à Carta do Ministro da Defesa de Portugal para o Ministro da Defesa da RAS, Abril de 1973.



Cópia

I - LISTA DE MATERIAL A OBTER POR CEDENCIA

A - MARINHA

1. Descrição do material

Artigo	a. Munições
1	50.000 - 20mm HET Cerlikon
2	50.000 - 20mm HEIT "
3	50.000 - 20mm HET "
4	40.000 - 20mm practice tracer Cerlikon
5	50.000 - 20mm practice Cerlikon
6	25.000 - 40mm L60 HEIT S/D Boffors
7	25.000 - 40mm L60 HEIT NS/D "
8	25.000 - 40mm L60 HET S/D "
9	20.000 - 40mm L60 Practice tracer Boffors
10	20.000 - 40mm L60 Practice Boffors
11	5.000 - Rocket 37mm HE SNEB
12	500 - Motors rocket flan 2", launcher MK5
13	500 - Heads rocket flan 2"
	b. Armamento
14	120 - metralhadoras MG3 (7,62)
15	4 - conjuntos sobressalentes para MG3
16	3 - conjuntos para peça Boffors
17	3 - conjuntos de sobressalentes para peça Boffors L60 NY3 e NY4, 40mm
18	20 - Carros para peça Boffors L60 NY3 e NY4, 40mm



c. Viaturas

- 19 20 - Jeep LR V2 Ton 4x4 (diesel)
20 6 - 3 Ton 4x4 (diesel)
21 6 - 5 Ton 4x4 (diesel)

d. Motores

- 22 100 - motores fora de borda 50HP(Mercury)
23 Sobressalentes para 100 motores f.b.50HP(Mercury)
24 50 - motores fora borda 20HP(Mercury)
25 Sobressalentes para 50 motores f.b. 20HP(Mercury)
26 6 - motores Cummins NRTO-6M,225 HP
27 Sobressalentes p^a. 6 motores Cummins NRTO-6M,225HP

e. Transmissões

- 28 72 E/R Racal TR28 B2
29 Sobressalentes p^a. 72 E/R Racal TR28 B2
30 18 E. Racal TA 127
31 Sobressalentes p^a. 18 E. Racal TA127
32 40 E/R Marconi CH 25
33 Sobressalentes p^a. 40 E/R Marconi CH25
34 300 - E/R portáteis com gama de frequência de
30 a 56 Hz (sujeito às características dos
modelos disponíveis)

f. Embarcações

- 35 12 - lanchas de fiscalização de rios -
idênticas às PBR-MK2 (USNavy)
36 Sobressalentes para as lanchas do modelo acima

g. Equipamento electrónico (valor não estimado)

- | | |
|----|---|
| 37 | 4 - Search receiver, pulse analyser, radar range frequency |
| 38 | 4 - Search receiver, pulse analyser, VHF/UHF frequency |
| | 4 - Window charlie device |
| | 4 - Window delta device |
| 39 | 4 - Jammers, radar range frequency |
| 40 | 4 - Jammers, VHF/UHF frequency |
| 41 | 4 - Intercept D/F analyser, automatic search, visual display, LF/MF/IF/HF/VHF range frequency |

B - EXÉRCITO

1. Descrição do material

- | | |
|----|--|
| 42 | a. 50 - lotes de intervenção (composição em anexo) |
| | b. Viaturas |
| 43 | 39 - blindadas |
| 44 | 47 - automacãs |
| 45 | 248 - 1/4 Ton (diesel) |
| 46 | 2251 - Unimogs (diesel) |
| 47 | 545 - 3 Ton (diesel) |
| 48 | 320 - 5 Ton (diesel) |
| 49 | 20 - Proto socorros |



c. Emissores-Receptores

50	1113 - Tipo A
51	647 - Tipo A/B
52	227 - Tipo B
53	718 - Tipo C
54	30 - Tipo E
55	199 - Tipo F

d. Munições

56	25.000/LG
57	17.500/MM
58	50.000/ML
59	21.000/GE Mort.60/AML
60	957.000/Cart.MI(4-1)12.7
61	957.000/Cart.PI(4-1)12.7
62	50.000/GE ob.8.8
63	50.000/GE ob.14

e. Minas

64	370.000/AP sopro
65	215.000/AP fragmentação

f. Material de Engenharia

66	661 - atrelados tanque de água
67	750 - barracas de lona tipo 2/0
68	1350 - barracas de lona tipo 16/20p
69	93 - grupos geradores até 5 KVA
70	782 - grupos geradores de 5-15 KVA
71	217 - grupos geradores mais de 15 KVA
72	1606 - moto serras
73	665 - pesquisadoras de minas
74	172 - autotanques



ANEXO (CONSTITUIÇÃO DO LOTE PARA UNIDADE TIPO COMPANHIA)

A LISTA DE MATERIAL A OBTER POR CÉDENCIA

		M A T E R I A L	QUANTIDADES
ENGENHARIA		Tendas de campanha 16/20P	12
		Grupo gerador de 5 a 15 KVA	1
		Motobomba de 2"	2
		Depósitos flexíveis - 1500 litros	2
TRANSMISSÕES		E/R: - Tipo A	12
		- Tipo A/B	5
		- Tipo C	5
		- Tipo D	3
		Grupo de carga	1
INTEND.		Colchões pneumáticos	170
		Sacos de dormir	170
		Congeladores	2
SAÚDE		Bolsas de enfermeiro	6
		Filtros individuais	170
		Filtros colectivos	5
MATERIAL	Armamento	Mort 60mm	3
		Mort 81mm	3
		Met 7.62 c/lâmina carregadora e/ou fita	3
	Viatura	Viata. 1/4 Ton (diesel)	2
		Unimog (diesel)	10
		Viata 3 Ton (diesel)	5



II - LISTA DE MATERIAL A OBTER POR FINANCIAMENTO

		<u>Preço estimado aprox.</u>	
		Milhões de Milhões de	
		Esc: *	Rands *
A - EXÉRCITO			
Artigo	1. Descrição do material		
	a. Viaturas		
1	1390 Jeep (diesel)	106.6	3.3
2	525 de 5Ton	94.5	2.9
3	706 de 5Ton	311.	9.6
4	30 pronto-socorros	45.	1.4
	b. Emissores/receptores		
5	346 - tipo A/B	10.	.3
6	713 - tipo B	38.	1.2
7	990 - tipo D	52.	1.6
8	247 - tipo B	9.	.3
	c. Armamento		
9	497 lança granada foguete	11.	.3
10	339 morteiros médios	21.	.7
11	550 metralhadora 7.62	5.5	.2
	d. Munições		
12	18000 - GP 8.9	25.	.8
13	1900 - GE Can 8/R 10.6	4.	.1
14	95000 - GEI AA20	7.	.2
15	95000 - GET AA20	7.	.2
16	39000 - GE AA4	12.	.4
17	34000 - GPT AA4	9.	.3
		766.6	23.8

/.

2. Manutenção no período de 5 anos do material e equipamento adquirido	383.3	11.9
3. Repletamento e substituição do material e equipamento adquirido (a efectuar em 4 anos)	492.0	15.3
	1.641.9	51.0

B - FORÇA AÉREA

1. Financiamento da aquisição de 20 MIRAGE V	1.600.	49.6
2. Financiamento da reconstituição das frotas helis	906.	28.0
3. Financiamento para a substituição dos T6 e DO (230 aviões)	1.000.	31.
	3.506.	108.6
	5.147.9	159.6

C - PLANIFICAÇÃO ANUAL DOS FINANCIAMENTOS

1 - 1º. Ano

a. Material e equipamento para unidades do dispositivo e serviços de apoio fora das áreas prioritárias	766.6	23.8
--	-------	------

./.

Fontes e Bibliografia

Fontes

a) Arquivos

Arquivo Oliveira Salazar

AOS/CO/NE-30A

AOS/CO/NE-30C

AOS/CO/PC-78L

AOS/CO/UL-49A

AOS/CO/UL-49B

AOS/CO/UL-55

AOS/CO/UL-58

Arquivo Histórico-Militar

FO/007/A/92/150

FO/007/B/44/370

FO/007/B/44/371

FO/007/B/44/374

FO/007/B/44/375

FO/007/B/51/394

FO/ 031/17/393/666-A

FO/032/3/402/35

FO/032/3/402/36

Arquivo Histórico-Diplomático

PAA 960,17 Maço 1097

PAA 960,17 Maço 1110

PAA 960,17 Maço 1111

PAA 960,18 Maço 1129

PAA 960,18 Maço 1131

PAA 960,18 Maço 1137

PAA 960,18 Maço 1140

b) Fontes impressas e testemunhos

ARRIAGA, Kaúlza de - *Guerra e Política. Em nome da verdade: os anos decisivos*. 2ª ed. Lisboa: Edições Referendo, 1987.

JARDIM, Jorge - *Rodésia: O escândalo das sanções*. Lisboa: Intervenção, 1978.

PINTO, Maria José (ed.) - *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947-1968*. Lisboa: Difel, 1984.

NOGUEIRA, Franco - *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. 3ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 1987.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar: A Resistência (1958-1964), Volume V*. 4ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar: O Último Combate (1964-1970), Volume VI*. 3ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora. 2000.

c) Legislação

Aviso n.º 66/91 [Carta das NU]. Diário da República n.º 117/91 - I Série. Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, MNE. [Consultado em 27 de Fevereiro de 2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://dre.pt/>>.

Resoluções da Assembleia Geral da ONU

1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960. [Consultado em 1 de Março de 2008]. Disponível na WWW: <URL:<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/152/88/IMG/NR015288.pdf?OpenElement>>.

1541 (XV) de 15 de Dezembro de 1960. [Consultado em 1 de Março de 2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/15/IMG/NR015315.pdf?OpenElement>>.

1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960. [Consultado em 1 de Março de 2008]. Disponível na WWW: <URL:<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/16/IMG/NR015316.pdf?OpenElement>>.

Bibliografia

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

ALVES, Luís Correia - *O Projecto de Cabora Bassa*. Porto: Universidade Portucalense, 1997. 240 p. Dissertação de Mestrado.

ANTUNES, José Freire - *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2 Volumes, 1995.

BRANCO, Luís Castelo - *A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid a Mandela*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003. 501 p. Tese de Doutoramento.

BRITO, José Brandão de; ROSAS, Fernando (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, 1996.

FONSECA, Ana Mónica - *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

MARCOS, Daniel Costa - *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

MARTINS, Fernando - “«É evidentemente muito embaraçoso tomar posição.» Portugal e a Crise do Suez de 1956”. In *Relações Internacionais*. Lisboa. N.º 12, 2006, pp. 99-118.

MOITA, Maria Isabel - *Portugal perante a política do Apartheid: A visão da diplomacia portuguesa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997. 144 p. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Pedro Aires - *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2007.

PATTEE, Richard - *Portugal na África Contemporânea – Volume III – A Rodésia*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

PINTO, António Costa - *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

RODRIGUES, Luís Nuno - *Salazar-Kennedy: A crise de uma aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

RODRIGUES, Luís Nuno - “Missão Impossível: O Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965”. In *Relações Internacionais*. Lisboa. N.º 1, 2004, pp. 99-112.

RODRIGUES, Luís Nuno - *Marechal Costa Gomes: No centro da tempestade*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

SANCHES, Rui Silva - *O aproveitamento do rio Cunene: sua importância internacional e para o sul de Angola*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1999. [Consultado em 13 de Março de 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://memoria-africa.ua.pt/Digital_Show.aspx?q=/LNEC/LNEC-Testemunhos&p=1>.

SCHNEIDMAN, Witney Wright - *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

SILVA, A. E. Duarte - “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. In *Análise Social*. Lisboa. Volume XXX, n.º 130, 1995, pp. 5-50.

SCHOLTZ, Leopold - “The Namibian Border War: An Appraisal of the South African Strategy”. In *Scientia Militaria*. Saldanha, Volume 34, nº1, 2006. [Consultado em 26 de Abril de 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://academic.sun.ac.za/mil/scientia_militaria/vol34_1.asp>.

TAVARES, João Moreira - *A Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra (1961-1974)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - "Portugal e as Guerras da Descolonização". In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova História Militar de Portugal – Volume 4*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 68-92.

TELO, António José - "As Guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal". In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Volume 16, 1994, pp. 347-369.

TELO, António José - "A Europa e a questão Alemã: uma visão de longo prazo". In *Política Internacional*. Lisboa. Volume 1, n.º 13, 1996, pp. 123-152.

TELO, António José - *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Livros Quezta!, 2000.

TELO, António José - "Política de Defesa: A viragem". In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, pp. 28-31.

TELO, António José - "A prioridade a África (1959-1974)". In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova História Militar de Portugal – Volume 4*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 463-495.

VAISSE, Maurice - *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2002.

Imagens

Mapa de Angola – [Consultado em 15 de Abril de 2008]. Disponível na WWW: <URL:<http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=789&lg=pt>>.

Mapa de Moçambique – [Consultado em 15 de Abril de 2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=767&lg=pt>>.